

# 1T20

## Resultados



São Paulo, 29 de abril de 2020 – A ISA CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista ("ISA CTEEP", "Companhia", B3: TRPL3 e TRPL4), anuncia seus resultados do primeiro trimestre de 2020 (1T20). Os Resultados Regulatórios estão apresentados de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE) com o objetivo de colaborar com o entendimento do negócio da Companhia. Adicionalmente, é possível encontrar os resultados de acordo com as normas da CVM e os CPCs aplicáveis e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB) na seção de "Anexos" deste documento.

Principais Indicadores Regulatórios (R\$ milhões)	Consolidado		
	1T20	1T19	Var (%)
Receita Líquida	734,3	694,2	5,8%
EBITDA Ajustado <sup>1</sup>	673,8	614,8	9,6%
Margem EBITDA Ajustado <sup>2</sup>	87,7%	80,7%	7,0 p.p.
Lucro Líquido <sup>3</sup>	308,3	230,2	33,9%
Margem Líquida	42,0%	33,2%	8,8 p.p.
ROE (acumulado de 12 meses)	18,4%	17,8%	0,6 p.p.

<sup>1</sup> Exclui a equivalência patrimonial e outros efeitos não recorrentes e inclui o EBITDA proporcional à participação nas Coligadas com o objetivo de apresentar uma visão mais adequada da geração de caixa operacional da Companhia

<sup>2</sup> Considera receita líquida ajustada pela receita proporcional à participação nas Coligadas

<sup>3</sup> Ajustado pela participação do acionista não controlador

### Contatos - Relações com Investidores

Alessandro Gregori Filho  
Michelle Lourenço Corda  
Luciana Silvestre Fonseca  
Marcelly Cunha Alves

**Telefone:**  
**+55 11 3138-7407**

**E-mail:**  
**ri@isacteep.com.br**



## ÍNDICE

<b>1.</b>	<b>A ISA CTEEP</b>	
1.1	A ISA CTEEP	4
1.2	Composição Acionária	5
1.3	Estrutura Societária	6
1.4	Crescimento	6
<b>2.</b>	<b>Desempenho Operacional</b>	<b>9</b>
<b>3.</b>	<b>Desempenho Financeiro</b>	<b>9</b>
3.1	Receita Operacional	9
3.2	Custos e Despesas de O&M	10
3.3	Equivalência Patrimonial	10
3.4	EBITDA e Margem	11
3.5	Resultado Financeiro	12
3.6	Lucro Líquido	13
3.7	Comparativo de Resultados (Regulatório vs. IFRS)	13
<b>4.</b>	<b>Endividamento</b>	<b>14</b>
<b>5.</b>	<b>Investimentos</b>	<b>15</b>
<b>6.</b>	<b>Mercado de Capitais</b>	<b>16</b>
<b>7.</b>	<b>Eventos do Período</b>	<b>16</b>
<b>8.</b>	<b>Próximos Eventos</b>	<b>17</b>
<b>9.</b>	<b>Outras Informações Relevantes</b>	<b>17</b>
9.1	Renovação da Concessão - Contrato 059/2001 (RBNI/RBSE)	17
9.2	Plano de Complementação de Aposentadoria - Lei 4.819/58	19
<b>10.</b>	<b>Glossário</b>	<b>20</b>
<b>11.</b>	<b>Anexos</b>	<b>22</b>

\* Resultados em Excel disponível no website de Relações com Investidores



## A ISA CTEEP

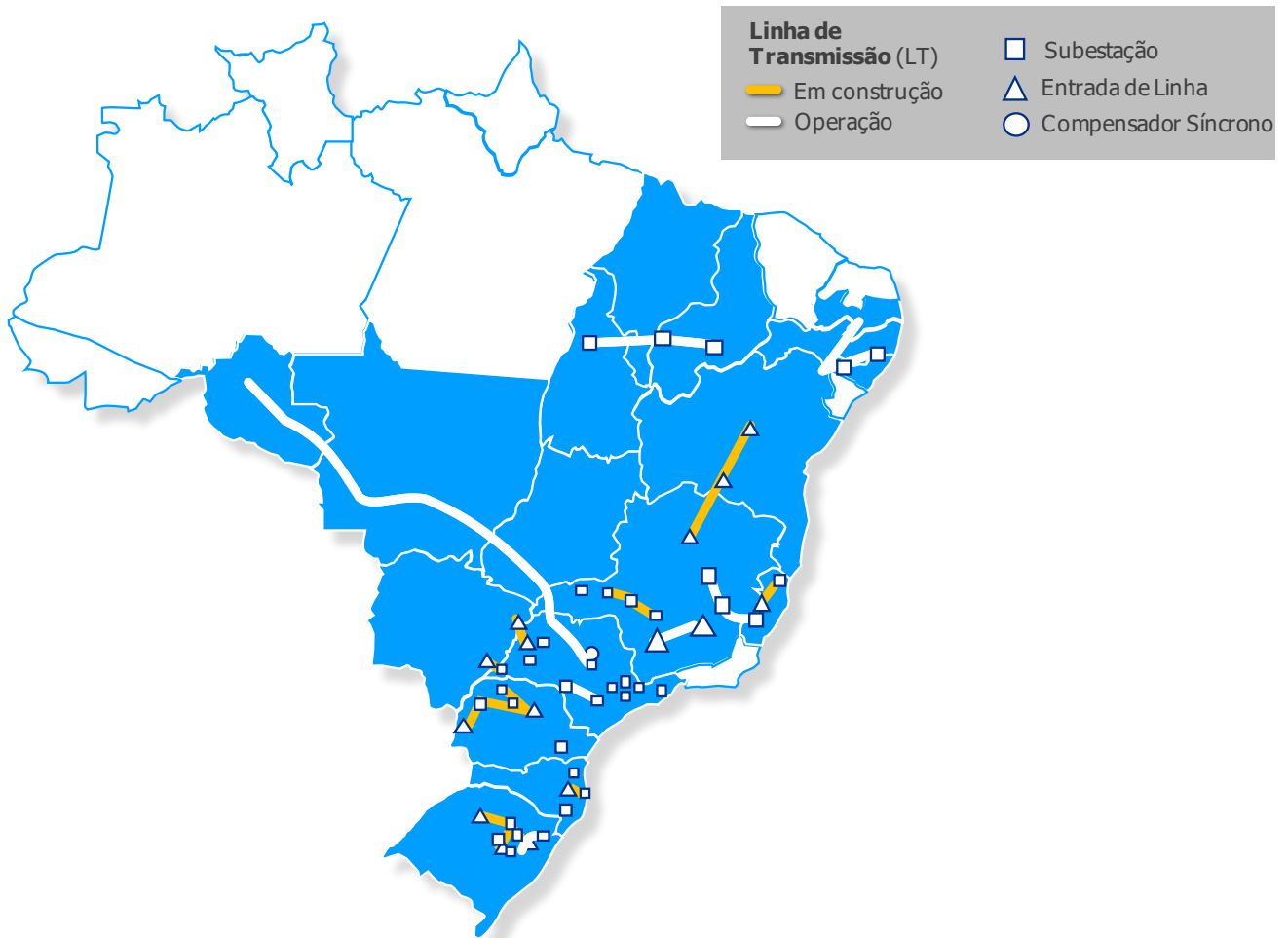
A ISA CTEEP é a maior empresa privada de transmissão de energia do setor elétrico brasileiro e faz parte do Sistema Interligado Nacional ("SIN") que engloba o sistema elétrico brasileiro como um todo (exceto por alguns sistemas isolados) e atende aproximadamente 99% da carga total do sistema. Com suas atividades e de suas empresas controladas e coligadas, presentes em 17 estados do País, a Companhia transmite aproximadamente 33% de toda a energia elétrica do Brasil e 94% da energia do Estado de São Paulo.

A coordenação e o controle da operação das instalações da Companhia, e de todas as instalações de geração e transmissão de energia elétrica do SIN, são de responsabilidade do Operador Nacional do Sistema Elétrico ("ONS"), sob fiscalização e regulação da Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL").

Em 31 de março de 2020, a capacidade instalada da Companhia (controladora, controladas e coligadas em operação) totalizou 65,9 mil MVA de transformação, 18,6 mil quilômetros de linhas de transmissão, 25,8 mil quilômetros de circuitos e 126 subestações próprias.

Para operar com eficiência nosso complexo sistema de transmissão, dispomos de uma equipe de mais de 1.400 colaboradores e instalações que proporcionam qualidade e confiabilidade na prestação dos serviços.

Comprometidos com o desenvolvimento da infraestrutura energética do País, realizamos contínuos investimentos, mantendo nossa rede modernizada e contribuindo diretamente para a expansão do sistema de transmissão nacional. Nos últimos quatro anos a Companhia arrematou treze lotes em leilões de transmissão realizados pela ANEEL.





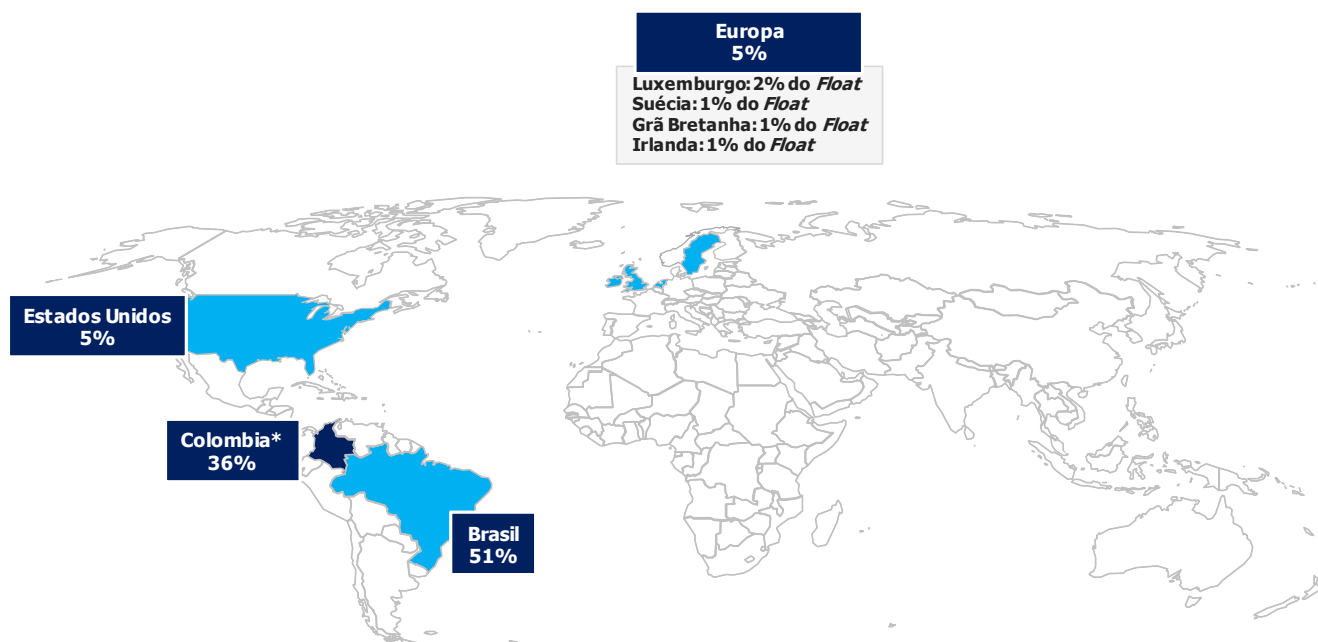
## Composição Acionária

A ISA CTEEP é controlada pela ISA, empresa multilatina de sistemas de infraestrutura lineares.

Acionistas	TRPL3 (ON)	%	TRPL4 (PN)	%	Total	%
ISA Capital do Brasil	230.856.832	89,50%	5.144.528	1,28%	236.001.360	35,82%
Administradores	0	0,00%	4.000	0,00%	4.000	0,00%
Ações em Circulação	27.080.900	10,50%	395.797.044	98,72%	422.877.944	64,18%
Eletrobras	25.158.644	9,75%	212.276.657	52,94%	237.435.301	36,04%
Outros	1.922.256	0,75%	183.520.387	45,77%	185.442.643	28,14%
<b>Total</b>	<b>257.937.732</b>	<b>100%</b>	<b>400.945.572</b>	<b>100%</b>	<b>658.883.304</b>	<b>100%</b>

Data base: 31/03/2020

### Distribuição do Capital Total em 31/03/2020



\* Considera participação da Isa Capital do Brasil, veículo de investimento da ISA Colômbia para a aquisição da ISA CTEEP.

\*\* 3% do *Float* está pulverizado nas demais regiões

Excluindo as participações de Eletrobras e ISA, em 31 de março de 2020, 46% da base acionária era composta por investidores estrangeiros (23% América do Norte, 20% Europa, 2% Ásia e 1% Oceania) e 54% por investidores brasileiros.

## Estrutura Societária

A estrutura societária da ISA CTEEP compreende suas empresas controladas e coligadas, conforme demonstrado abaixo:

		Local	RAP Ciclo 2019/2020 <sup>1</sup> (R\$ milhões)	RAP ISA CTEEP Ciclo 2019/2020 (R\$ milhões)	Regime Fiscal <sup>2</sup>	Participação (%)	Consolidação
ISA CTEEP	Operacional	São Paulo	2.579	2.579	Lucro Real	ISA CTEEP 100%	Integral
IE Madeira	Operacional	Rondônia / SP	511	260	Lucro Real	ISA CTEEP 51% / Furnas 24,5% / Chesf 24,5%	Equivalência Patrimonial
IE Ivai	Em construção	Paraná	294	147	Lucro Real	ISA CTEEP 50% / TAESA 50%	Equivalência Patrimonial
IE Paraguaçu	Em construção	Bahia / MG	118	59	Lucro Real	ISA CTEEP 50% / TAESA 50%	Equivalência Patrimonial
IE Garanhuns	Operacional	Pernambuco	91	46	Lucro Real	ISA CTEEP 51% / Chesf 49%	Equivalência Patrimonial
IE Aimorés	Em construção	Minas Gerais	79	40	Lucro Real	ISA CTEEP 50% / TAESA 50%	Equivalência Patrimonial
IE Aguapei	Em construção	São Paulo	59	59	Lucro Presumido	ISA CTEEP 100%	Integral
IE Serra do Japi	Operacional	São Paulo	58	58	Lucro Presumido	ISA CTEEP 100%	Integral
IE Pinheiros	Operacional	São Paulo	57	57	Lucro Presumido	ISA CTEEP 100%	Integral
IE Itaúnas	Em construção	Espírito Santo	52	52	Lucro Presumido	ISA CTEEP 100%	Integral
IEMG	Operacional	Minas Gerais	19	19	Lucro Presumido	ISA CTEEP 100%	Integral
	Em construção	Minas Gerais	33	33			
IE Itaquaré	Em construção	São Paulo	51	51	Lucro Presumido	ISA CTEEP 100%	Integral
Evracy	Operacional	Espírito Santo	10	10	Lucro Presumido	ISA CTEEP 100%	Integral
	Em construção	Rio Grande do Sul	38	38			
INNE	Operacional	Tocantins	46	46	Lucro Presumido	ISA CTEEP 100%	Integral
IE Biguaçu	Em construção	Santa Catarina	40	40	Lucro Presumido	ISA CTEEP 100%	Integral
IE Tibagi	Em construção	SP / Paraná	20	20	Lucro Presumido	ISA CTEEP 100%	Integral
		Mato Grosso do Sul / SP	5	5			
IE Itapura	Operacional	São Paulo (Bauru)	12	12	Lucro Presumido	ISA CTEEP 100%	Integral
	Em construção	São Paulo (Lorena)	11	11			
IE Sul	Operacional	Rio Grande do Sul	18	18	Lucro Presumido	ISA CTEEP 100%	Integral
<b>Total</b>			<b>4.203</b>	<b>3.662</b>			

<sup>1</sup> RAP ciclo 2019/2020 com PA, líquida de PIS e COFINS

<sup>2</sup> Lucro Presumido: calcula-se presunção de 8% sobre a receita operacional com retenção de 25% de IR sobre o valor presumido. Para o CSLL, calcula-se presunção de 12% sobre a receita operacional com retenção de 9% de CSLL sobre o valor presumido. Lucro Real: 34% de IR + CSLL sobre lucro tributável apurado

## Crescimento

A ISA CTEEP está constantemente avaliando oportunidades no mercado para o seu crescimento e tem avançado neste âmbito. A estratégia da Companhia consiste em expandir a sua presença no território nacional através de leilões e/ou aquisições com sinergias com as operações existentes, respeitando o retorno mínimo exigido.

Nos últimos quatro anos, a Companhia arrematou treze lotes em leilões de transmissão realizados pela ANEEL, que somam investimento ANEEL (ponderado pela participação da ISA CTEEP) de R\$ 5 bilhões com incremento da RAP (ciclo 2019/2020) de cerca de R\$ 567 milhões, após a entrada em operação dos ativos. Até 31 de março de 2020, foram investidos cerca de R\$ 1,2 bilhão nos 13 projetos arrematados nos leilões de 2016 a 2019.

Outra importante avenida de crescimento é o investimento em projetos de reforços e melhorias. Nos últimos 5 anos, a Companhia investiu uma média de R\$ 180 milhões/ano com RAP média associada de R\$ 50 milhões/ano. É importante ressaltar que estes valores representam uma média, e os investimentos não são lineares, pois dependem de Resoluções Autorizativas da ANEEL. A Companhia possui autorizações para R\$ 500 milhões de investimentos em reforços e melhorias que serão executados nos próximos anos.





Leilões	Subsidiárias	% ISA CTEEP	Localidade	Investimento ANEEL Participação ISA CTEEP (R\$ MM)	Deságio	RAP ISA CTEEP Ciclo 2019/2020 (R\$ MM)	Assinatura do Contrato	Prazo de Implementação ANEEL	Data de Necessidade <sup>1</sup>	Licenciamento Ambiental (LI)	Início da Construção	Entrada em Operação Comercial
Leilão 013/2015 28/10/2016	IE Paraguaçu (Lote 3)	50%	Bahia Minas Gerais	255	0,0%	59	fev/17	fev/22	jan/19 <sup>2</sup>	✓	2T19	-
	IE Aimorés (Lote 4)	50%	Minas Gerais	171	0,0%	40	fev/17	fev/22	jan/19 <sup>2</sup>	✓	2T19	-
	IE Itaúnas (Lote 21)	100%	Espírito Santo	298	25,1%	52	fev/17	fev/22	jul/18	✓	3T18	-
Leilão 05/2016 24/04/2017	IE Ivaí (Lote 1)	50%	Paraná	968	33,2%	147	ago/17	ago/22	fev/21 <sup>3</sup>	✓	4T19	-
	IE Tibagi (Lote 5)	100%	São Paulo Paraná	135	32,2%	20	ago/17	ago/21	jan/17	✓	3T18	-
	IE Itaquere (Lote 6)	100%	São Paulo	398	44,5%	51	ago/17	ago/21	jun/18	✓	3T18	-
	IE Aguapeí (Lote 29)	100%	São Paulo	602	52,7%	59	ago/17	ago/21	dez/18	✓	3T19	-
	IE Itapura (Lote 25)	100%	São Paulo (Bauru)	126	57,6%	12	ago/17	fev/21	ago/19	✓	2T18	ago/19
Leilão 02/2018 29/06/2018	IE Itapura (Lote 10)	100%	São Paulo (Lorena)	238	73,9%	11	set/18	set/22	jan/20	✓	3T19	-
	IE Biguaçu (Lote 1)	100%	Santa Catarina	641	66,7%	40	set/18	set/23	set/21	2T20	-	-
Leilão 02/2019 19/12/2019	Minuano (Lote 1)	100%	Rio Grande do Sul	682	66,9%	38	mar/20	dez/24	jan/20	3T21	-	-
	Três Lagoas (Lote 6)	100%	Mato Grosso do Sul São Paulo	99	68,1%	5	mar/20	jun/23	jan/20	1T21	-	-
	Triângulo Mineiro (Lote 7)	100%	Minas Gerais	554	65,4%	33	mar/20	dez/24	mar/23	3T21	-	-
<b>Total</b>				<b>5.165</b>		<b>567</b>						

<sup>1</sup> Conforme contrato de concessão

<sup>2</sup> Condicionado ao Lote 02 (Alupar)

<sup>3</sup> Para recebimento da totalidade da RAP

## IE Paraguaçu

O empreendimento está localizado nos estados da Bahia e de Minas Gerais e é formado pela implementação de 338 km de linhas de transmissão. Em maio de 2019, a transmissora obteve a Licença de Instalação ("LI") para o empreendimento, emitida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis ("IBAMA"), e as obras iniciaram no 2T19.

## IE Aimorés

O empreendimento está localizado no estado de Minas Gerais e é formado pela implementação de 208 km de linhas de transmissão. Em abril de 2019, a subsidiária obteve LI expedida pelo IBAMA e as obras iniciaram no 2T19.

## IE Itaúnas

O empreendimento está localizado no estado do Espírito Santo e é formado pela implantação de 79 km de linhas de transmissão, a construção de uma nova subestação e a ampliação de uma subestação existente. A subsidiária iniciou as obras de ampliação no 3T18. As licenças de instalação para a linha de transmissão e para a construção da subestação foram expedidas em agosto de 2019, e suas obras iniciadas no 3T19.

## IE Ivaí

O empreendimento está localizado no estado do Paraná e é formado pela implementação de 3 subestações com potência total de 2.988 MVA, além de 599 km de linhas de transmissão em Circuito Duplo. Em outubro de 2019, as obras foram iniciadas.

## IE Tibagi

O empreendimento do lote 5 do leilão de 2017 está localizado nos estados de São Paulo e Paraná e é formado pela implantação de uma linha de transmissão de 18 km e uma subestação. Em julho de 2018, a subsidiária obteve LI do IBAMA e iniciou suas obras no 3T18.



Nessa SPE, foi incorporado o Lote 6 do leilão de 2019 (Projeto Três Lagoas), localizado no estado de São Paulo e Mato Grosso do Sul, formado pela implementação de 37 km de linhas de transmissão, além da ampliação de duas subestações. A expectativa de obtenção da LI é no 1T21.

### IE Itaquerê

O empreendimento está localizado no estado de São Paulo e é formado pela implantação de três compensadores síncronos 500 kV (-180/+300) MVA na subestação Araraquara 2 (existente, operada pela State Grid). A instalação desses equipamentos na subestação garante benefícios para o SIN, e em especial no controle de tensão para os sistemas de 440 e 500 kV do Estado de São Paulo. A subsidiária iniciou suas obras no 3T18.

### IE Aguapeí

O empreendimento está localizado no estado de São Paulo e é formado pela implantação de subestações de 1.400 MVA de potência e 111 km de linhas de transmissão. Em junho de 2019, a subsidiária obteve todas as LI's expedidas pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo ("CETESB") e iniciou suas obras no 3T19.

### IE Itapura

O empreendimento do lote 25 do leilão de 2017 está localizado no estado de São Paulo e é formado pela implantação de um compensador estático 440 kV (-125/+250) MVar na subestação Bauru (existente). A instalação desse equipamento na subestação garante benefícios para o SIN, e em especial no controle de tensão na malha de 440 kV do Estado de São Paulo. As obras foram iniciadas no 2T18 e concluídas no 3T19, quando o empreendimento obteve o Termo de Liberação Definitiva ("TLD") do ONS referente ao início da sua operação comercial plena em 27 de agosto de 2019.

Nessa SPE, foi incorporado o Lote 10 do leilão de 2018, formado pela implantação de uma subestação com potência máxima de 1.200 MVA, na cidade de Lorena, estado de São Paulo, e linha de transmissão de 6 km em circuito duplo. Em agosto de 2019, a subsidiária obteve LI expedida pela CETESB referente à subestação do empreendimento, dando início imediato às obras no 3T19.

### IE Biguaçu

O empreendimento está localizado no estado de Santa Catarina e é formado pela implementação de uma subestação de 300 MVA de potência, a ampliação de uma subestação, e a construção de uma linha de transmissão de 57 km, incluindo trechos aéreos, submarinos e subterrâneos. A expectativa de obtenção da LI é no 2T20.

### Evrecy (Projeto Minuano)

O empreendimento está localizado no estado do Rio Grande do Sul e é formado pela implementação de uma subestação com 2.700 MVA de potência, além da construção de 169 km em linhas de transmissão, dos quais 44 km são em Circuito Duplo. A expectativa de obtenção da LI é no 3T21.

### IEMG (Projeto Triângulo Mineiro)

O empreendimento está localizado no estado de Minas Gerais e é formado pela implementação de 4 subestações com potência total de 1.600 MVA, além de cerca de 172 km de linhas de transmissão. A expectativa de obtenção da LI é no 3T21.





## DESEMPENHO OPERACIONAL

Somos uma das principais referências no setor em termos de desempenho. Realizamos uma gestão constante e minuciosa de nossos indicadores operacionais, entre os quais se destaca o Índice de Energia Não Suprida ("IENS"), obtido pela relação entre o total de energia não suprida durante todas as ocorrências no ano e o total da demanda de energia suprida pela Companhia. No 1T20, o IENS da ISA CTEEP totalizou 0,00012% vs. 0,0033%<sup>1</sup> do SIN.

A ISA CTEEP é remunerada pela disponibilidade de seus ativos por meio da RAP. Isso significa que qualquer indisponibilidade em seus ativos poderá acarretar perda de sua receita, por meio de desconto na receita auferida (Parcela Variável - PV). No 1T20, a PV aplicada foi de 0,86% da RAP consolidada.

## DESEMPENHO FINANCEIRO (Resultados Regulatórios)

### Receita Operacional

No 1T20, a receita operacional bruta consolidada atingiu R\$ 851,5 milhões (+5,5% vs. 1T19). O incremento em relação ao valor apresentado no 1T19 é justificado, principalmente, pela variação positiva do IPCA, que impactou a receita de O&M e da RBSE, e pela receita proveniente da energização de novos projetos de reforços e melhorias.

Receita Operacional (R\$ Milhões)	Consolidado		
	1T20	1T19	Var (%)
<b>Receita de Uso da Rede Elétrica</b>	<b>843,8</b>	<b>799,8</b>	<b>5,5%</b>
RBSE	415,5	397,0	4,7%
Receita de O&M	244,1	234,8	4,0%
Receita de CAAE	131,2	120,4	8,9%
PA, PV e Antecipações	18,5	14,3	29,6%
Encargos Regulatórios	34,5	33,3	3,5%
<b>Outras</b>	<b>7,7</b>	<b>7,0</b>	<b>9,6%</b>
<b>Receita Bruta</b>	<b>851,5</b>	<b>806,9</b>	<b>5,5%</b>
<b>Deduções</b>	<b>(117,1)</b>	<b>(112,7)</b>	<b>3,9%</b>
<b>Receita Líquida</b>	<b>734,3</b>	<b>694,2</b>	<b>5,8%</b>

As deduções da receita bruta referem-se aos impostos (PIS/COFINS) e encargos regulatórios (CDE, RGR, P&D, PROINFA, e Taxa de Fiscalização). No 1T20 atingiram R\$ 117,1 milhões vs. R\$ 112,7 milhões no 1T19, em linha com a variação dos encargos regulatórios. Desta forma, a receita líquida totalizou R\$ 734,3 milhões no 1T20 (+5,8% vs. 1T19).

<sup>1</sup> Informação do SIN disponível somente do mês de janeiro de 2020

## Custos e Despesas de O&amp;M

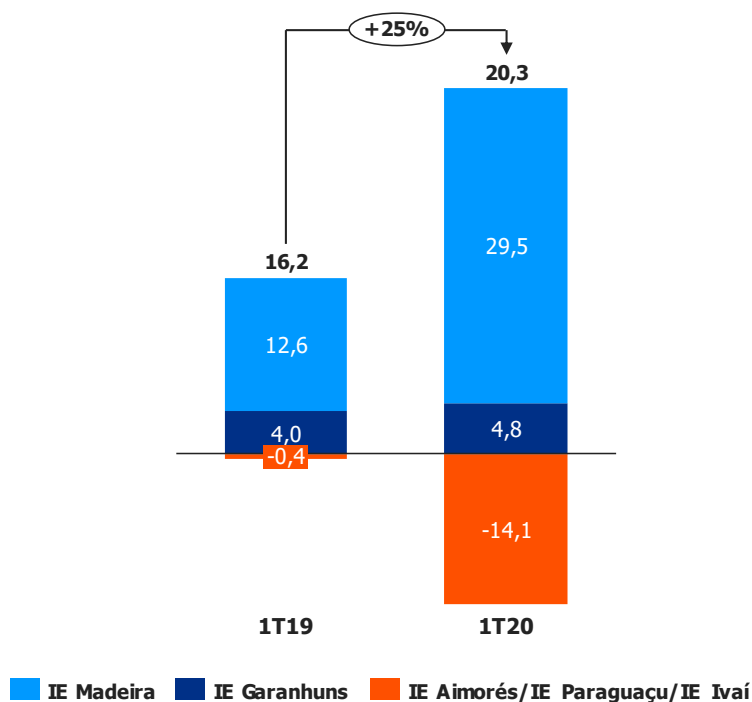
Custos e Despesas de O&M (R\$ milhões)	Consolidado		
	1T20	1T19	Var (%)
Pessoal	(74,9)	(83,1)	-9,9%
Materiais	(3,0)	(3,2)	-4,6%
Serviços	(30,1)	(27,0)	11,4%
Contingências	1,9	(0,2)	-1050,0%
Outros	(21,6)	(16,8)	28,6%
<b>Sub -Total</b>	<b>(127,7)</b>	<b>(130,2)</b>	<b>-1,9%</b>
Depreciação	(140,6)	(145,0)	-3,0%
<b>Total</b>	<b>(268,2)</b>	<b>(275,2)</b>	<b>-2,5%</b>

Os custos e despesas de O&M, ex-depreciação, totalizaram R\$ 127,7 milhões no 1T20 (-1,9% vs. 1T19). Essa variação reflete:

- (i) redução na linha de pessoal devido à menor quantidade de colaboradores na comparação entre os períodos analisados e ganhos de eficiência com readequação de processos e na operação;
- (ii) melhor resultado de contingências devido, principalmente, à reversão de provisão de contingência cível no valor de R\$ 1,9 milhão no 1T20; parcialmente compensados pela
- (iii) elevação nos gastos com serviços de manutenções da rede; e
- (iv) elevação na linha de outros devido aos maiores gastos com seguro, indenização e autos de infração (não recorrente).

## Equivalência Patrimonial

O resultado da equivalência patrimonial registrou receita de R\$ 20,3 milhões no 1T20 (+25% vs. 1T19). Esse aumento é explicado, principalmente, pelo melhor resultado da IE Madeira no 1T20 (+134%) devido ao recebimento integral da RAP desde setembro de 2019, à redução de custos pela reversão de provisão para contingências tributárias, e ao melhor resultado financeiro no período. O desempenho das subsidiárias pré-operacionais (IE Aimorés, IE Paraguaçu e IE Ivaí) é explicado principalmente pelos encargos e variação monetária decorrente da emissão de debêntures em IE Ivaí para o *funding* do projeto. A IE Garanhuns apresentou evolução de 20% no resultado e atingiu R\$4,8 milhões no 1T20 em função do incremento no EBITDA e melhor resultado financeiro.

Resultado de Equivalência Patrimonial  
(R\$ milhões)

## EBITDA e Margem

EBITDA (R\$ milhões)	Consolidado		
	1T20	1T19	Var (%)
Lucro líquido	323,8	234,1	38,3%
Tributos sobre o lucro (IR/CSLL)	103,9	137,1	-24,2%
Resultado financeiro líquido	48,6	54,5	-10,8%
Depreciações e amortizações	141,2	145,6	-3,0%
<b>EBITDA ICVM nº 527/12</b>	<b>617,4</b>	<b>571,2</b>	<b>8,1%</b>
EBITDA Coligadas (ponderado pela participação ISA CTEEP)	74,1	60,0	23,6%
Equivalência Patrimonial	(20,3)	(16,2)	25,1%
Custos e despesas não recorrentes <sup>1</sup>	2,5	(0,2)	-1.368,0%
<b>EBITDA Ajustado</b>	<b>673,8</b>	<b>614,8</b>	<b>9,6%</b>
<b>Margem EBITDA Ajustado</b>	<b>87,7%</b>	<b>80,7%</b>	<b>7,0 p.p.</b>
RBSE	(372,0)	(344,5)	8,0%
<b>EBITDA Ajustado ex-RBSE</b>	<b>301,8</b>	<b>270,2</b>	<b>11,7%</b>
<b>Margem EBITDA Ajustado ex-RBSE</b>	<b>76,2%</b>	<b>64,8%</b>	<b>11,3 p.p.</b>

<sup>1</sup>Os custos e despesas não recorrentes no 1T20 são referentes aos autos de infração.

Para refletir a geração de caixa operacional, a Companhia apresenta o EBITDA Ajustado, que totalizou R\$ 673,8 milhões no 1T20, aumento de R\$ 59 milhões na comparação com o 1T19, em função da variação positiva do IPCA na receita, da entrada em operação de novos projetos (reforços e melhorias), e de menores custos e despesas operacionais na comparação dos períodos, conforme explicado acima.



O EBITDA Ajustado exclui a equivalência patrimonial e outros efeitos não recorrentes, e inclui o EBITDA proporcional à participação nas coligadas com o objetivo de apresentar uma visão mais adequada da geração de caixa operacional da Companhia.

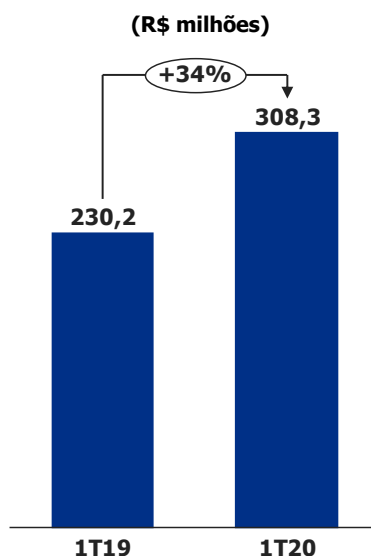
## Resultado Financeiro

O resultado financeiro consolidado atingiu despesa de R\$ 48,6 milhões no 1T20, redução de 10,8% na comparação com o 1T19. A receita financeira totalizou R\$ 193,6 milhões (+71,1% vs. 1T19) impactada, principalmente, pelo maior saldo médio de caixa. A despesa financeira somou R\$ 242,2 milhões no 1T20 (+44,5% vs 1T19) em função de novas captações no período e impacto da variação cambial.

Resultado Financeiro (R\$ milhões)	Consolidado		
	1T20	1T19	Var (%)
<b>Receita Financeira</b>	<b>193,6</b>	<b>113,2</b>	<b>71,1%</b>
Rendimento de aplicação financeira	22,0	14,2	55,0%
Operação de hedge	170,1	97,3	74,8%
Outros	1,5	1,7	-11,4%
<b>Despesa Financeira</b>	<b>(242,2)</b>	<b>(167,7)</b>	<b>44,5%</b>
Juros, encargos e variação sobre empréstimos	(63,1)	(52,5)	20,2%
Operação de hedge	(176,0)	(109,4)	60,8%
Outras	(3,1)	(5,8)	-45,3%
<b>Total</b>	<b>(48,6)</b>	<b>(54,5)</b>	<b>-10,8%</b>

## Lucro Líquido<sup>1</sup>

Pelos fatores apresentados acima, o lucro líquido atingiu R\$ 308,3 milhões no 1T20, 34% superior em relação ao 1T19.



<sup>1</sup>Ajustado pela participação do acionista não controlador

## Comparativo de Resultados (Regulatório vs. IFRS)

As principais variações entre o resultado consolidado em IFRS e o Regulatório estão apresentadas abaixo:

DRE Consolidada (R\$ milhões) IFRS vs. Regulatório	IFRS 1T20	Regulatório 1T20	Variação
<b>Receita Operacional Bruta</b>	<b>930</b>	<b>851</b>	<b>-79</b>
Receita de O&M <sup>1</sup>	297	297	0
Receita CAAE (Custo Anual dos Ativos Elétricos) <sup>2</sup>	0	131	131
Receita RBSE	286	415	129
Implementação de infraestrutura	147	0	-147
Remuneração do ativo da concessão	193	0	-193
Ganho na eficiência na implementação de infraestrutura	0	0	0
Outras receitas	8	8	0
<b>Deduções</b>	<b>-125</b>	<b>-117</b>	<b>8</b>
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>806</b>	<b>734</b>	<b>-72</b>
Custos de Construção	-141	0	141
Custos de O&M e Despesas Gerais	-123	-128	-5
Depreciação	-4	-141	-137
<b>Resultado do Serviço</b>	<b>537</b>	<b>466</b>	<b>-71</b>
Equivalência Patrimonial	63	20	-43
Outras receitas (despesas) operacionais	5	-10	-15
<b>Resultado Antes do Resultado Financeiro e Tributos</b>	<b>604</b>	<b>476</b>	<b>-128</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>-49</b>	<b>-49</b>	<b>0</b>
IR & CSLL	-147	-104	43
<b>Lucro Líquido antes da participação do acionista não controlador</b>	<b>408</b>	<b>324</b>	<b>-84</b>
Participação do acionista não controlador	-15	-15	0
<b>Lucro/Prejuízo Consolidado do Período</b>	<b>392</b>	<b>308</b>	<b>-84</b>

<sup>1</sup>Contempla RAP de O&M, PA, PV, Antecipações e Encargos Regulatórios da Controladora e Controladas

<sup>2</sup> Contempla Receita de CAAE de Controladora e Controladas



**Receita:** No IFRS, as receitas referentes aos investimentos realizados ao longo da concessão são registradas como ativo contratual. No regulatório, os investimentos são tratados como ativo imobilizado, depreciados considerando sua vida útil, e a RAP conforme o faturamento, no prazo da concessão.

**Custos:** No IFRS, os custos de implementação de infraestrutura referem-se ao investimento realizado, neutralizados pela receita de implementação de infraestrutura, calculada a partir do investimento acrescido das alíquotas de PIS/COFINS e outros encargos.

**Depreciação:** No IFRS, o ativo da concessão não é considerado ativo imobilizado, e sim ativo contratual ou financeiro. O imobilizado do IFRS refere-se substancialmente a bens utilizados pela Companhia e não vinculado ao contrato de concessão. No Resultado Regulatório, o ativo da concessão é considerado imobilizado, com sua respectiva depreciação.

**Equivalência Patrimonial:** Os principais efeitos da equivalência patrimonial acompanham as explicações da receita, custos e depreciação explicados acima.

**IR/CSLL:** No IFRS, o IR/CSLL são provisionados mensalmente, obedecendo ao regime de competência e apurado conforme previsto na Lei 12.973/14. A Companhia adota o regime de lucro real com estimativa mensal. A alíquota efetiva consolidada no 1T20 totalizou 26% no IFRS e 24% no Regulatório.

## ENDIVIDAMENTO

Em 31 de março de 2020, a dívida bruta atingiu o montante de R\$ 3.432,4 milhões, aumento de R\$ 188,6 milhões em relação ao saldo verificado em 31 de dezembro de 2019, principalmente em função do aumento da variação cambial nas dívidas contratadas em moeda estrangeira. Vale ressaltar que todas as dívidas nos termos da Lei 4.131 contam com operações de SWAP (*hedge*). A Companhia não realizou captações no 1T20.

Em função do CPC 06 (R2), a partir de janeiro de 2019, a Companhia passou a reconhecer os passivos para pagamentos futuros para todos os contratos de arrendamento, com exceção dos contratos de curto prazo e/ou baixo valor. No 1T20, foram adicionados R\$ 57 milhões à dívida bruta do IFRS referentes aos arrendamentos que a Companhia possui. Desta forma, a dívida bruta do IFRS totalizou R\$ 3.489,5 milhões. A contabilidade regulatória não foi alterada.

A redução nas disponibilidades das controladas em conjunto reflete a mudança na estratégia de investimento com a deterioração do cenário econômico: os recursos foram transferidos dos fundos, que são consolidados na ISA CTEEP, para CDBs que não são consolidados. Considerando a exclusão das disponibilidades das controladas em conjunto, a dívida líquida da Companhia atingiu R\$ 2.665,6 milhões ao final de março de 2020 vs. R\$ 2.546,6 milhões em dezembro de 2019 e a relação Dívida Líquida/EBITDA Ajustado foi de 1,1x no fechamento do 1T20.

Empréstimos e Financiamentos (R\$ milhões)	31/03/2020	31/12/2019	Var (%)
Dívida Bruta	3.432,4	3.243,9	5,8%
Curto Prazo	1.258,3	1.077,4	16,8%
Longo Prazo	2.174,2	2.166,4	0,4%
Disponibilidades Consolidadas	1.269,3	2.664,6	-52,4%
Disponibilidades ISA CTEEP e Controladas	766,8	697,3	10,0%
Disponibilidades Controladas em Conjunto <sup>1</sup>	502,4	1.967,3	-74,5%
<b>Dívida Líquida<sup>2</sup></b>	<b>2.665,6</b>	<b>2.546,6</b>	<b>4,7%</b>

<sup>1</sup>Parte dos recursos da Companhia estão em fundos de investimentos exclusivos, que também são utilizados de forma segregada pelas empresas controladas e coligadas, e referem-se a quotas de fundos de investimentos com alta liquidez, prontamente conversíveis em montante de caixa, independentemente do vencimento dos ativos neles alocados

<sup>2</sup> Dívida líquida considera disponibilidades ISA CTEEP e Controladas

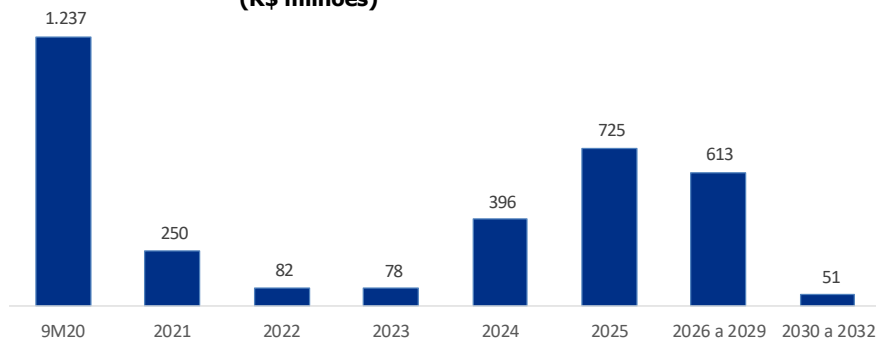




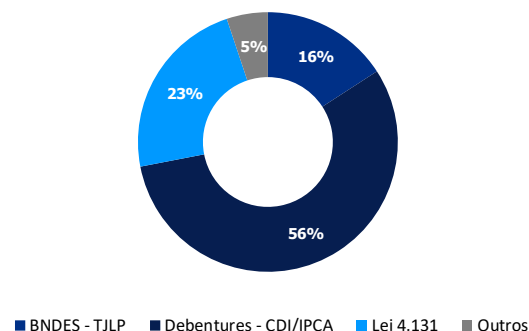
Os *covenants* e as exigências estabelecidas em todas as emissões estão sendo devidamente cumpridos pela Companhia. Para 2020, o indicador Dívida Líquida/EBITDA mais restritivo é de 3,0x. Maiores detalhes sobre os indicadores financeiros estão disponíveis no anexo V deste documento.

O custo médio da dívida consolidada foi de 6,4% a.a. em 31 de março de 2020 vs. 7,4% a.a. em 31 de dezembro de 2019, em função da queda do IPCA entre os períodos. O IPCA é o principal indexador de endividamento da Companhia e o principal indexador da receita. O prazo médio da dívida consolidada em 31 de março de 2020 era de 3,8 anos.

**Cronograma de Amortização da Dívida Bruta (R\$ milhões)**



**Contratação da Dívida e Indexação 31/03/2020**



De abril a dezembro de 2020 estão previstos vencimentos de dívida no montante de R\$ 1,2 bilhão, compostos, principalmente, por dívidas nos termos da Lei no 4.131/62 e pela 6ª emissão de debêntures.

## INVESTIMENTOS

A ISA CTEEP, suas controladas e coligadas investiram R\$ 277,5 milhões no 1T20, aumento de R\$ 196,3 milhões em relação ao mesmo período de 2019. Essa variação é explicada, principalmente, pelo aumento nos investimentos das subsidiárias pré-operacionais com o avanço das obras, em linha com o orçamento e cronograma desafiador previstos. Os investimentos em reforços e melhorias não são comparáveis entre períodos, pois possuem carteiras de projetos distintos e dependem de Resoluções Autorizativas da ANEEL.

(R\$ milhões)	1T20	1T19	Var (%)
<b>Reforços/Melhorias</b>	<b>7,1</b>	<b>17,0</b>	<b>-58,3%</b>
<b>Projetos <i>Greenfield</i></b>	<b>270,4</b>	<b>64,2</b>	<b>321,5%</b>
<b>Total</b>	<b>277,5</b>	<b>81,2</b>	<b>241,9%</b>



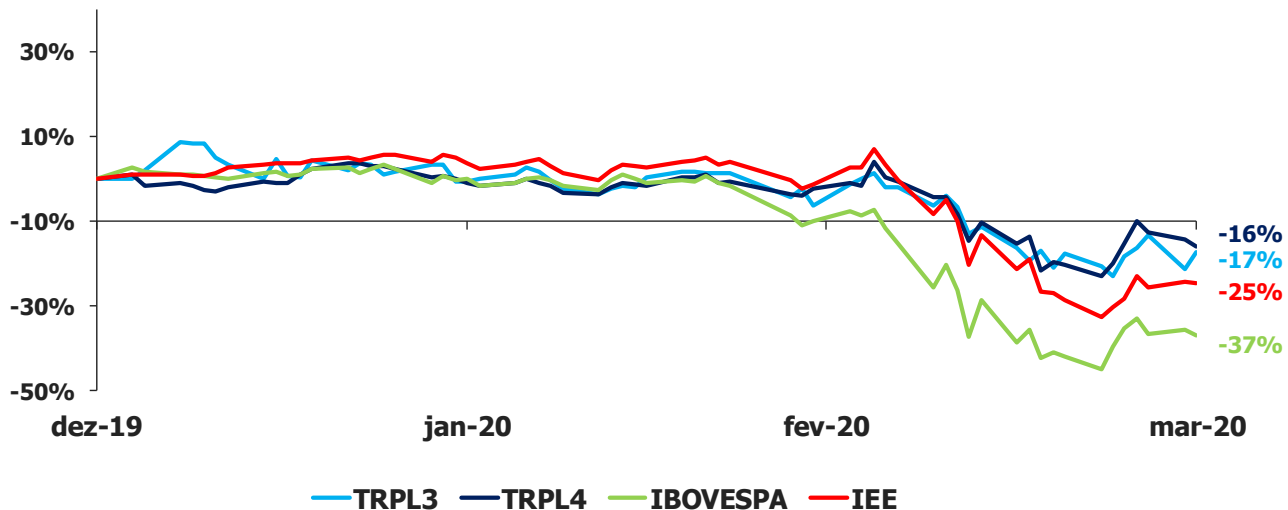
## MERCADO DE CAPITAIS

A ISA CTEEP possui ações ordinárias ("TRPL3") e ações preferenciais ("TRPL4") listadas e negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo ("B3") e integra, desde 2002, o Nível 1 de Governança Corporativa, valorizando a ética e transparência no relacionamento com acionistas e demais *stakeholders* da Companhia. As ações da Companhia integram diversos índices, entre eles, o Índice de Governança Corporativa, em que estão listadas as empresas com padrões diferenciados de governança corporativa e o Índice Brasil 100, que reúne as ações mais negociadas na B3. Adicionalmente, a Companhia participa do programa de American Depositary Receipts ("ADRs") – Regra 144A, nos Estados Unidos sob os códigos "CTPTY" (ação ordinária) e "CTPZY" (ação preferencial).

As ações ordinárias e preferenciais da ISA CTEEP encerraram o 1T20 cotadas a R\$ 22,74 e R\$ 18,97, respectivamente. O valor de mercado da Companhia, em 31 de março de 2020, era de R\$ 13,5 bilhões.

No 1T20, o volume médio diário de negociação das ações preferenciais na B3 foi de R\$ 48,5 milhões, 53% acima daquele verificado no 1T19 (R\$ 31,6 milhões). A média diária de negociações foi de 6 mil negócios por dia, 140% acima dos 2,5 mil registrados no mesmo período do ano anterior.

### Desempenho TRPL3, TRPL4 vs. IBOV e IEE (base 100): 30/12/2019 a 31/03/2020



## EVENTOS DO PERÍODO

### WACC

Foi aprovada pela ANEEL a Taxa Regulatória de Remuneração do Capital ("WACC") para o setor de transmissão de energia, que passou dos atuais 6,64% para 7,71% em 2018, 7,40% em 2019 e 6,96% em 2020. A WACC de 2018 será utilizada na Revisão Tarifária Periódica ("RTP") do contrato 059 da ISA CTEEP. A expectativa é de que a RTP seja aplicada em Julho/2020, com efeito retroativo a Julho/2018.

### Consulta Pública da Revisão Tarifária Periódica do Contrato 059

Em 10 de março de 2020, foi aprovada a abertura de Consulta Pública ("CP") com o objetivo de obter subsídio para revisão periódica da RAP do Contrato 059/01, com vigência a partir de 1º de julho de 2018, e foi publicada a Nota Técnica ("NT") nº 39/2020. O prazo para envio das contribuições estabelecido encerra em 15 de maio de 2020. A CP indica redução de 0,2% na RAP do ciclo 2018/2019, de R\$ 2.453 milhões para aproximadamente R\$ 2.449 milhões (data base: junho de 2018), e o valor positivo de R\$ 110 milhões de parcela de ajuste ("PA"), a ser diluído nos próximos 3 ciclos de reajuste.



## PRÓXIMOS EVENTOS

### Teleconferência 1T20

30.04.2020

10h00 (BRT) / 09h00 (EDT)

#### Informações para Conexão:

Brasil: +55 11 4210-1803 / +55 11 3181-8565

Outros Países: +1 412 717-9627

Senha: ISA CTEEP

Link para webcast disponível no site de Relações com Investidores:  
[www.isacteep.com.br/ri](http://www.isacteep.com.br/ri)

## OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

### Renovação da Concessão - Contrato 059/2001 (RBNI/RBSE)

No dia 12 de setembro de 2012, foi publicada a Medida Provisória 579/2012 ("MP 579") que regulamentou a prorrogação das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. De acordo com a medida, as concessões vencidas ou a vencer nos 60 meses subsequentes à publicação da MP, tinham a opção de ter o vencimento antecipado para dezembro de 2012, com prorrogação pelo prazo de até 30 anos.

Em 01 de novembro de 2012, o Ministério de Minas e Energia ("MME"), publicou a Portaria Interministerial nº 580, em que foram definidos os valores da reversão para as instalações energizadas a partir de 01 de junho de 2000, ou seja, da Rede Básica de Novas Instalações ("RBNI"). O montante definido para a ISA CTEEP foi de R\$ 2,9 bilhões. Na mesma data, o MME divulgou a Portaria Interministerial nº 579 que definiu o valor da RAP da ISA CTEEP em R\$ 515,6 milhões, a partir de 01 de janeiro de 2013, que representou redução de aproximadamente 75% da RAP.

Em 29 de novembro de 2012, foi publicada a Medida Provisória 591 autorizando o Poder Concedente a pagar o valor relativo aos ativos não depreciados existentes anteriormente a 31 de maio de 2000, ou seja, da Rede Básica do Sistema Existente ("RBSE").

Em dezembro de 2012, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária para a definição da antecipação do vencimento da concessão do Contrato 059/2001, conforme proposto na MP 579. Foi aprovada pelos acionistas da Companhia, por unanimidade, a prorrogação do contrato de concessão, nos termos da Lei 12.783/2013, ficando a concessão prorrogada até dezembro de 2042 e garantindo à Companhia o direito ao recebimento dos valores relativos aos ativos do RBNI e da RBSE.

Os valores referentes aos ativos do RBNI, equivalentes a R\$ 2,9 bilhões, foram recebidos entre os anos de 2013 e 2015. Para os ativos relativos ao RBSE foi requerido laudo de avaliação independente avaliando os investimentos a Valor Novo de Reposição ("VNR") ajustado pela depreciação até 31 de dezembro de 2012. Em dezembro de 2015 foi homologado pela ANEEL, por meio do Despacho nº 4.036, o valor dos ativos da RBSE para a ISA CTEEP em R\$ 3,9 bilhões.

Em abril de 2016, foi emitida a Portaria nº 120 do MME que determinou que os valores homologados pela ANEEL, relativos às instalações da RBSE, passassem a compor a Base de Remuneração Regulatória das concessionárias de transmissão de energia elétrica a partir do processo tarifário de 2017, pelo prazo estimado de 8 anos.

O Despacho ANEEL nº 1.484/17, de maio de 2017, redefiniu o valor total da RBSE para a ISA CTEEP em R\$ 4,1 bilhões. O impacto inicial dos valores da RBSE foi o reconhecimento contábil em IFRS em setembro de 2016, conforme condições



estabelecidas na Portaria nº 120 do MME, e no resultado regulatório os impactos podem ser percebidos a partir do início do recebimento, em julho de 2017.

O Despacho ANEEL nº 1.275/18 considera o acolhimento do recurso administrativo interposto pela ISA CTEEP em 2017, no qual foi solicitado ajuste da conta de ativos totalmente depreciados. Por esse motivo, os Componentes Econômico e Financeiro até o ciclo 2022/2023 sofrem um aumento.

A alteração citada foi contemplada no reajuste tarifário para o ciclo 2018/2019, no qual a RAP também foi atualizada pelo IPCA. Além disso, foi realizada linearização do Componente Econômico, conforme prevê o Submódulo 9.1 do Proret, de modo que tais pagamentos serão constantes até o ciclo 2022/2023. Para o período 2023/2024 restaria o recebimento de R\$ 347 milhões correspondentes ao Componente Econômico. Contudo, poderá ser aplicada a mesma linearização ora realizada.

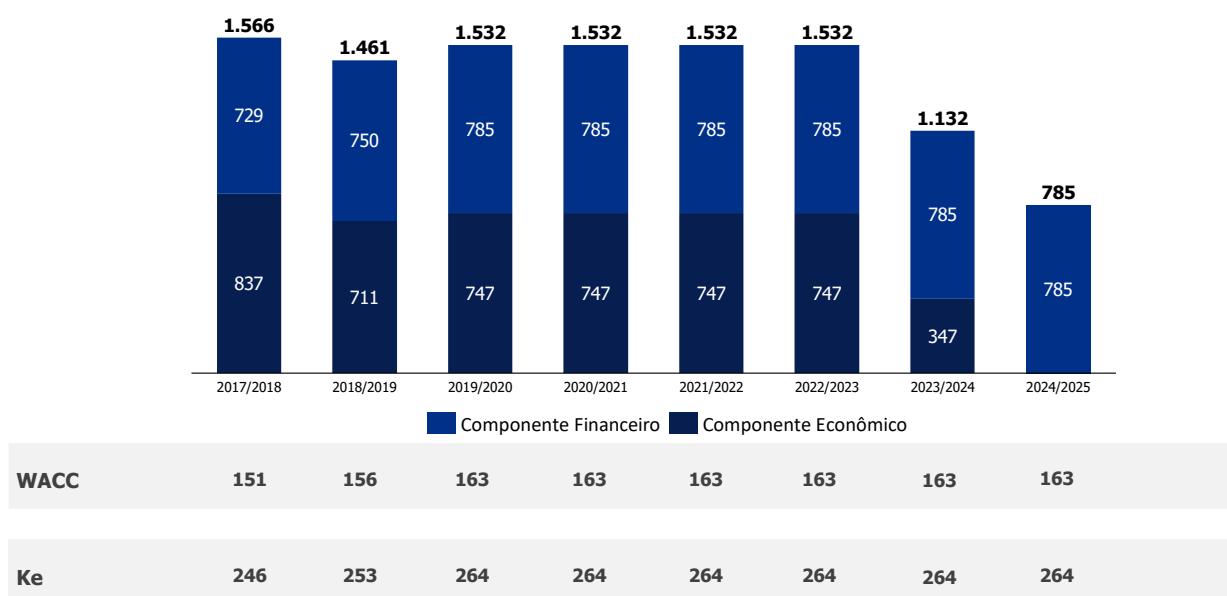
Ademais, por força de decisão judicial liminar, que determinou em caráter provisório que a ANEEL recalculasse a RAP excluindo o custo de capital (Ke) da parcela, a Companhia continua não recebendo a remuneração do componente financeiro.

No legislativo, foi criado o Projeto de Lei 4.636/2019, com o objetivo de definir a remuneração do componente financeiro da RBSE, propondo como taxa o custo médio ponderado de capital definido pela ANEEL ("WACC") no lugar do custo de capital próprio ("Ke"). Este projeto foi aprovado pela Comissão de Minas e Energia em 2 de outubro de 2019. Para completa aprovação e início de vigência, este projeto ainda deve tramitar em outras comissões da Câmara e do Senado.

A partir de novembro/19 o judiciário passou a julgar improcedente alguns processos, que motivaram a exclusão do Ke na remuneração do componente financeiro, consequentemente ficaram sem efeito as respectivas liminares. Contudo, cabe dizer que existem outras liminares de mesmo conteúdo que ainda estão vigentes em outros processos judiciais.

Abaixo o fluxo de recebimento da RBSE da Companhia. As barras são valores líquidos de PIS/COFINS. Em cinza, estão os potenciais fluxos de remuneração do componente financeiro: Ke (portaria 120) ou WACC (PL 4636).

### Fluxo de Recebimento da RBSE (R\$ milhões)



Nota: Valores do gráfico representam montantes definidos para os ciclos 2017/2018 (REH ANEEL nº 2.258), 2018/2019 (REH ANEEL nº 2.408) e 2019/2020 (REH ANEEL nº 2.565). Premissas para ciclo futuro conforme REN ANEEL nº 762/2017 e com base na REH ANEEL nº 2.565. WACC regulatório de 6,64% que será atualizado na revisão tarifária. Base de ativos está sujeita à baixas no processo de revisão tarifária.



## Plano de Complementação de Aposentadoria – Lei 4.819/58

O plano de complementação de aposentadoria, regido pela Lei Estadual 4.819/58 aplica-se aos empregados de autarquias e de sociedades anônimas em que o Estado de São Paulo fosse detentor da maioria das ações com direito de controle admitidos até 13 de maio de 1974.

Os recursos necessários para fazer face aos encargos assumidos nesse plano são de responsabilidade do Governo do Estado de São Paulo, cuja implementação ocorreu conforme convênio firmado entre a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (“SEFAZ”) e a Companhia, em 10 de dezembro de 1999. A forma de pagamento da complementação da aposentadoria foi através de um fluxo mensal com origem na SEFAZ. Esta realizava uma transferência da quantia a ser paga para a ISA CTEEP e a Companhia realizava a transferência deste mesmo valor para a Fundação CESP, que então repassava aos aposentados.

A partir de janeiro de 2004, o pagamento aos aposentados passou a ser processado diretamente pela SEFAZ. Com essa mudança de processo, foram verificadas glosas que deveriam ser aplicadas, como por exemplo, benefícios acima do teto (equivalente ao salário do governador do Estado de São Paulo). Desta forma, a SEFAZ passou a excluir este excedente do valor do benefício pago aos aposentados.

### Ação Civil Pública e Ação Coletiva

Em junho de 2005, após decisão desfavorável na Justiça Comum, a Associação dos Aposentados da Funcesp (“AAFC”) obtiveram liminar na Justiça do Trabalho, determinando que a quantia integral paga anteriormente seja mantida. Desde então, o processamento do pagamento dos benefícios voltou ao modelo original, em que a responsabilidade era da Fundação CESP, porém a SEFAZ transfere a quantia ajustada e a ISA CTEEP faz a complementação para que o pagamento aos aposentados seja feito de maneira integral, conforme estabelecido em liminar.

### Ação de Cobrança

Desde 2005 a SEFAZ repassa à Companhia valor inferior ao necessário para o cumprimento do pagamento aos aposentados (~70%), por força da decisão liminar da 49ª Vara do Trabalho. A ISA CTEEP tem feito então a complementação para pagamento integral dos benefícios aos aposentados (~30%). Essa complementação realizada pela ISA CTEEP está sendo cobrada, através de uma ação contra a SEFAZ.

Esta ação de cobrança foi julgada favorável à Companhia em 2ª instância. Em agosto de 2017, a SEFAZ interpôs Recurso Especial para o STJ que aguarda análise de admissibilidade. Em 31 de dezembro de 2018, o valor registrado no balanço da Companhia é de cerca de R\$ 2 bilhões, líquido da provisão para perdas sobre realização de créditos realizada em 2013.

Em agosto de 2018, a ISA CTEEP obteve decisão no Tribunal de Justiça/SP que impõe obrigação para a SEFAZ não efetuar qualquer glosa no repasse para pagamento dos benefícios da Lei 4.819/58 antes de concluir processo administrativo para apurar irregularidade nos pagamentos. Em março, o STJ, em decisão liminar e monocrática do Ministro Francisco Falcão, suspendeu os efeitos da decisão que proibia a Fazenda Paulista de efetuar descontos no repasse à ISA CTEEP. A Companhia voltou a receber o repasse com as glosas, obrigando assim a Companhia a complementar o valor do pagamento em abril de 2019.

A Companhia continua com os esforços direcionados para manter a decisão de mérito favorável conquistada no Tribunal de Justiça/SP.



## GLOSSÁRIO

**ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica)** - Autarquia que tem por finalidade regular e fiscalizar a produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica no Brasil, zelando pela qualidade do serviço prestado, pelo trato isonômico dispensado aos usuários e pelo controle da razoabilidade das tarifas cobradas aos consumidores, preservando a viabilidade econômica e financeira dos agentes e da indústria. A ANEEL fiscaliza e regulamenta o acesso aos sistemas de transmissão e estabelece as tarifas referentes a tais sistemas, sendo a TUST a tarifa cobrada pelo uso da Rede Básica e das Demais Instalações de Transmissão – DIT

**CAAE (Custo Anual dos Ativos Elétricos)** - Receita pelos investimentos em ativos. É composto pela remuneração do capital e pela quota de reintegração dos regulatória (QRR).

**CAOM (Custos de Administração, Operação e Manutenção)** - Parcela da receita que pode ser dividida em (i) receita de O&M, que tem como finalidade cobrir os custos e despesas (exemplo: gastos com salários, despesas de manutenção e outros); e (ii) receita para cobrir os custos das instalações móveis e imóveis (CAIMI).

**CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica)** - Atua sob autorização do Poder Concedente e da regulação e fiscalização da ANEEL, com a finalidade de viabilizar as operações de compra e venda de energia elétrica entre os agentes da CCEE.

**CDE (Conta de Desenvolvimento Energético)** - encargo regulatório para promover a universalização do serviço de energia e subsidiar os consumidores baixa renda.

**Crescimento orgânico** - crescimento por meio de investimentos em reforços e melhorias.

**DIT (Demais Instalações de Transmissão)** - Instalações com tensão inferior a 230 kV.

**Ebitda (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation & Amortization)** – Lucro antes de serem subtraídos os juros, impostos, depreciação e amortização.

**Encargos regulatórios** - são arrecadados pelas Transmissoras e repassados à CCEE, à ANEEL, ao MME e investidos em projetos de P&D. Tem efeito neutro na Transmissora.

**Energização** - início de operação de um empreendimento (reforço, melhoria, ou *greenfield*).

**EPE (Empresa de Pesquisa Energética)** - Empresa pública federal, vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Responsável pelo planejamento energético nacional, englobando geração, transmissão, distribuição, petróleo e gás.

**Greenfield** - projetos de crescimento por meio de leilões.

**IEE (Índice de Energia Elétrica)** – Índice setorial da Bolsa (B3), que tem como objetivo medir o desempenho do setor de energia elétrica.

**Leilões de Transmissão de Energia** – Processos licitatórios estabelecidos pelo MME e ANEEL a fim de outorgar concessões para linhas de transmissão e subestações no Brasil.

**Melhoria** - compreende a instalação, substituição ou reforma de equipamentos em instalações de transmissão existentes, ou a adequação destas instalações, visando manter a regularidade, continuidade, segurança e atualidade do serviço público de transmissão de energia elétrica.

**MME** – Ministério de Minas e Energia.

**O&M** - Operação e Manutenção.

**ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico)** - Órgão responsável por executar as atividades de coordenação e controle da operação da geração e transmissão de energia elétrica do SIN.





**Outras receitas** - Receitas auferidas com atividades extra concessão, sendo parcialmente destinadas a contribuir com a modicidade tarifária.

**PA (Parcela de Ajuste)** - Compensa excesso ou déficit de arrecadação no período anterior ao reajuste.

**PROINFA** - Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica encargo regulatório para subsídios às fontes alternativas de energia).

**PV (Parcela Variável)** - Penaliza a receita do ativo em função da indisponibilidade.

**RAP (Receita Anual Permitida)** - Remuneração que as transmissoras recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Para as transmissoras que foram licitadas, a RAP é obtida como resultado do próprio leilão de transmissão e é paga às transmissoras a partir da entrada em operação comercial de suas instalações, com revisão a cada quatro ou cinco anos, nos termos dos contratos de concessão. Para as transmissoras que tiveram o seu contrato de concessão renovado, a RAP foi calculada com base nos custos de Operação e Manutenção, conforme estabelece a Lei 12.783, de 11 de janeiro de 2013. Em casos onde os estudos indicam a necessidade de reforços na concessão de transmissão, a ANEEL calcula um valor adicional a RAP com o intuito de remunerar as novas instalações, sempre por meio de uma Resolução Autorizativa.

**RB (Rede Básica)** - Instalações de transmissão do SIN, de propriedade de concessionárias de serviço público de transmissão, definida segundo critérios estabelecidos na regulamentação da ANEEL.

**RBNI (Rede Básica Novos Investimentos)** - Parcela da receita (RAP) correspondente às novas instalações componentes da Rede Básica autorizadas e com receitas estabelecidas por resolução específica.

**RBSE (Rede Básica do Sistema Existente)** - Parcela da RAP correspondente às instalações componentes da Rede Básica, definidas no Anexo da Resolução nº 166, de 31 de maio de 2000.

**Reforço** - é a instalação, substituição ou reforma de equipamentos em instalações de transmissão existentes, ou a adequação destas instalações, visando o aumento de capacidade de transmissão, o aumento de confiabilidade do Sistema Interligado Nacional, de vida útil ou a conexão de usuários, recomendadas pelos planos de expansão do sistema de transmissão.

**SIN (Sistema Interligado Nacional)** – Conjunto de instalações e de equipamentos que possibilitam o suprimento de energia elétrica nas regiões do país interligadas eletricamente, conforme regulamentação aplicável.

**TUST (Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica)** – Tarifa paga por distribuidoras, geradoras e consumidores livres e especiais pela utilização da Rede Básica e das DIT, e é reajustada anualmente de acordo com (i) a inflação; e (ii) novas receitas, correspondentes aos empreendimentos energizados.

## ANEXOS

## Anexo I - Balanço Patrimonial Regulatório

Ativo (R\$ mil)	Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019 <sup>1</sup>
<b>CIRCULANTE</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	757.278	595.971
Aplicações financeiras	511.984	2.068.611
Contas a Receber - Concessionárias e Permissionárias	281.522	256.674
Estoques	15.165	14.942
Serviços em Curso	9.681	17.452
Tributos e contribuições a compensar	43.483	32.335
Instrumentos financeiros derivativos	228.664	19.202
Créditos com partes relacionadas	917	703
Despesas pagas antecipadamente	33.212	4.677
Caixa restrito	1.887	1.876
Outros	39.483	41.133
	<b>1.923.276</b>	<b>3.053.576</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		
<b>Realizável a longo prazo</b>		
Caixa restrito	46.649	46.515
Contas a Receber - Concessionárias e Permissionárias	10.700	10.679
Valores a Receber - Secretaria da Fazenda	1.620.971	1.576.332
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	242
Cauções e Depósitos Vinculados	51.597	52.886
Benefício à empregado - Superávit atuarial	43.024	43.024
Instrumentos financeiros derivativos	3.068	0
Serviços em Curso	12.226	0
Outros	13.700	12.693
	<b>1.801.935</b>	<b>1.742.371</b>
Investimentos	1.510.113	1.390.300
Imobilizado	7.153.557	7.156.235
Intangível	300.500	306.071
	<b>8.964.170</b>	<b>8.852.606</b>
	<b>10.766.105</b>	<b>10.594.977</b>
<b>Total do Ativo</b>	<b>12.689.381</b>	<b>13.648.553</b>

<sup>1</sup>Reclassificado



Passivo e Patrimônio Líquido (R\$ mil)	Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019 <sup>1</sup>
<b>CIRCULANTE</b>		
Empréstimos e financiamentos	886.355	709.928
Debêntures	371.913	367.508
Arrendamento	240	282
Fornecedores	167.858	167.774
Tributos e Encargos sociais a recolher	127.657	92.106
Encargos Regulatórios a recolher	48.970	48.336
Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos a pagar	9.731	102.079
Provisões	26.512	33.341
Valores a Pagar - Funcesp	2.176	2.173
Obrigações especiais - Reversão/Amortização	2.480	2.480
Outros	55.374	80.152
	<b>1.699.266</b>	<b>1.606.159</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		
<b>Exigível a longo prazo</b>		
Empréstimos e Financiamentos	620.011	637.448
Debêntures	1.554.166	1.528.971
Arrendamento	73	101
Instrumentos financeiros derivativos	0	135
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	713.361	686.732
Encargos Regulatórios a recolher	34.179	41.236
Provisões	59.509	62.367
Reserva Global de Reversão - RGR	15.992	16.612
Obrigações vinculadas à concessão do serviço	388.616	351.904
Outros	46.714	35.652
	<b>3.432.621</b>	<b>3.361.158</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		
Capital Social	3.590.020	3.590.020
Reservas de Capital	666	666
Reservas de Lucros	1.192.078	1.192.078
Reserva de Reavaliação	1.844.193	1.899.993
Outros Resultados Abrangentes	63.630	31.191
Lucros/Prejuízos Acumulados	364.465	0
	<b>7.055.052</b>	<b>6.713.948</b>
Participação de não controladores nos fundos de investimentos	502.442	1.967.288
	<b>7.557.494</b>	<b>8.681.236</b>
<b>Total do Passivo e do Patrimônio Líquido</b>	<b>12.689.381</b>	<b>13.648.553</b>

<sup>1</sup>Reclassificado



## Anexo II - Demonstração de Resultado Regulatório

Demonstração de Resultado (R\$ mil)	Consolidado		
	1T20	1T19	Var (%)
<b>Receita Operacional Bruta</b>	<b>851.478</b>	<b>806.853</b>	<b>5,5%</b>
Receita de Uso da Rede Elétrica	843.778	799.831	5,5%
Outras Receitas	7.700	7.022	9,7%
<b>Deduções à Receita Operacional</b>	<b>(117.137)</b>	<b>(112.689)</b>	<b>3,9%</b>
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>734.341</b>	<b>694.164</b>	<b>5,8%</b>
<b>Custos e Despesas Operacionais</b>	<b>(268.212)</b>	<b>(275.211)</b>	<b>(2,5%)</b>
Pessoal	(74.866)	(83.116)	(9,9%)
Material	(3.005)	(3.151)	(4,6%)
Serviços	(30.082)	(26.995)	11,4%
Depreciação	(140.551)	(144.967)	(3,0%)
Outros	(19.708)	(16.982)	16,1%
<b>Resultado do Serviço</b>	<b>466.129</b>	<b>418.953</b>	<b>11,3%</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(48.618)</b>	<b>(54.493)</b>	<b>(10,8%)</b>
Rendimento de Aplicações Financeiras	21.983	14.183	55,0%
Resultado da Variação Monetária Líquida	(26.159)	(15.154)	72,6%
Juros Ativo/Passivos	(418)	(205)	103,9%
Juros/Encargos sobre empréstimos	(36.389)	(36.444)	(0,2%)
Outras	(7.635)	(16.873)	(54,8%)
<b>Resultado Operacional</b>	<b>417.511</b>	<b>364.460</b>	<b>14,6%</b>
Equivalência Patrimonial	20.314	16.244	25,1%
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(10.187)	(9.562)	6,5%
<b>Resultado Anterior aos Tributos</b>	<b>427.638</b>	<b>371.142</b>	<b>15,2%</b>
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro</b>	<b>(103.852)</b>	<b>(137.075)</b>	<b>(24,7%)</b>
Corrente	(77.594)	(114.844)	(32,4%)
Diferido	(26.258)	(22.231)	18,1%
<b>Lucro/Prejuízo Consolidado</b>	<b>323.786</b>	<b>234.067</b>	<b>38,3%</b>
Participação do Acionista não Controlador	(15.497)	(3.879)	100,0%
<b>Lucro/Prejuízo</b>	<b>308.289</b>	<b>230.188</b>	<b>33,9%</b>



## Anexo III – Fluxo de Caixa Indireto – Regulatório

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>	<b>552.386</b>	<b>1.948.742</b>
Lucro Líquido do exercício	323.786	1.238.650
Depreciação e amortização	140.551	575.557
Imposto de renda e contribuição social diferidos	25.836	(25.538)
Demandas judiciais	(2.904)	(13.940)
Custo residual de ativo imobilizado/intangível baixado	16.765	21.894
Benefício fiscal – ágio incorporado	10	36
Realização de ativo da concessão na aquisição de controlada	597	2.390
Realização da perda em controlada em conjunto	(470)	(1.966)
Resultado de equivalência patrimonial	(20.314)	(69.900)
Juros e variações monetárias e cambiais sobre ativos e passivos	68.529	221.559
<b>(Aumento) diminuição de ativos</b>	<b>(111.925)</b>	<b>(124.023)</b>
Caixa restrito	(145)	(4.336)
Contas a receber – Concessionárias e Permissionárias	(24.869)	14.144
Estoques	(223)	5.423
Valores a receber - Secretaria da Fazenda	(44.639)	(150.249)
Tributos e contribuições a compensar	(11.148)	(2.814)
Despesas pagas antecipadamente	(28.535)	3.707
Cauções e depósitos vinculados	1.670	16.328
Serviços em curso	2	(13.826)
Crédito com controladas	(215)	(8.863)
Outros	(3.823)	16.463
<b>Aumento (diminuição) de passivos</b>	<b>44.543</b>	<b>180.114</b>
Fornecedores	84	79.161
Tributos e encargos sociais a recolher	35.555	37.762
Obrigações trabalhistas	(6.829)	(3.706)
Encargos regulatórios a recolher	(6.965)	10.675
Provisões	(1.668)	(22.033)
Valores a pagar Funcesp	3	(2.077)
Reserva Global de Reversão	(620)	(2.481)
Obrigações vinculadas à concessão do serviço	39.900	36.733
Outros	(14.917)	46.080
<b>Caixa líquido gerado nas atividades operacionais</b>	<b>485.004</b>	<b>2.004.833</b>
<b>Caixa gerado (utilizado) nas atividades de investimentos</b>	<b>(160.098)</b>	<b>(508.948)</b>
Aplicações financeiras	91.781	348.708
Imobilizado	(152.378)	(687.532)
Investimentos	(99.500)	(185.000)
Dividendos recebidos	0	14.876
<b>Caixa utilizado nas atividades de financiamentos</b>	<b>(163.600)</b>	<b>(916.654)</b>
Adições de empréstimos	4.138	509.515
Pagamentos de empréstimos (principal)	(22.814)	(337.234)
Pagamentos de empréstimos (juros)	(36.202)	(169.700)
Transações com acionistas não controladores	(15.497)	(16.820)
Instrumentos financeiros derivativos	(1.254)	(1.701)
Dividendos e juros sobre capital próprios pagos	(91.971)	(900.714)
<b>Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>161.307</b>	<b>579.231</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	595.971	16.740
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	757.278	595.971
<b>Varição em caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>161.307</b>	<b>579.231</b>

## Anexo IV – Resultado Regulatório Coligada IE Madeira e IE Garanhuns

IE MADEIRA			
Demonstração do Resultado (R\$ milhões)	1T20	1T19	Var (%)
<b>Receita Operacional Bruta</b>	<b>144.812</b>	<b>126.091</b>	<b>14,8%</b>
Deduções à receita operacional	(18.431)	(16.643)	10,7%
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>126.380</b>	<b>109.448</b>	<b>15%</b>
Custos e Despesas	867	(9.047)	(109,6%)
Depreciação e Amortização	(33.859)	(33.866)	(0,0%)
<b>Resultado do Serviço</b>	<b>93.388</b>	<b>66.535</b>	<b>40,4%</b>
Resultado Financeiro	(35.418)	(41.441)	(14,5%)
Outras Receitas e Despesas	241	(39)	(718,4%)
<b>Lucro antes do IR &amp; CSLL</b>	<b>58.212</b>	<b>25.055</b>	<b>132,3%</b>
IR & CSLL*	(290)	(308)	(5,8%)
<b>Lucro líquido</b>	<b>57.922</b>	<b>24.747</b>	<b>134,1%</b>
<b>Participação ISA CTEEP (51%)</b>	<b>29.540</b>	<b>12.621</b>	<b>134,1%</b>

IE GARANHUNS			
Demonstração do Resultado (R\$ milhões)	1T20	1T19	Var (%)
<b>Receita Operacional Bruta</b>	<b>26.233</b>	<b>25.559</b>	<b>2,6%</b>
Deduções à receita operacional	(3.412)	(3.218)	6,0%
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>22.822</b>	<b>22.340</b>	<b>2,2%</b>
Custos e Despesas	(3.537)	(3.992)	(11,4%)
Depreciação e Amortização	(6.253)	(6.226)	0,4%
<b>Resultado do Serviço</b>	<b>13.031</b>	<b>12.122</b>	<b>7,5%</b>
Resultado Financeiro	(3.047)	(3.951)	(22,9%)
Outras Receitas e Despesas	159	0	-
<b>Lucro antes do IR &amp; CSLL</b>	<b>10.143</b>	<b>8.172</b>	<b>24,1%</b>
IR & CSLL*	(655)	(336)	94,7%
<b>Lucro líquido</b>	<b>9.488</b>	<b>7.835</b>	<b>21,1%</b>
<b>Participação ISA CTEEP (51%)</b>	<b>4.839</b>	<b>3.996</b>	<b>21,1%</b>

(\*) Possui empreendimento relativos à infraestrutura de linhas de transmissão e subestação de energia elétrica, em operação nas áreas de atuação da SUDENE, cujo benefício foi concedido no mês de dezembro 2016. O prazo de fruição do benefício fiscal é de 10 anos com redução de 75% do imposto sobre a renda e adicionais.



## Anexo V - Composição do Endividamento Consolidado (R\$ mil)

Fontes	Encargos	Vencimentos	31/03/2020	31/12/2019
BNDES	TJLP + 1,80% a.a.	15/03/29	173,3	178,2
	3,50% a.a.	15/01/24	39,1	41,7
	TJLP + 2,62% a.a.	15/03/32	233,5	234,1
<b>Debêntures - CTEEP</b>				
4ª Emissão	IPCA + 6,04%	15/07/21	173,9	168,5
5ª Emissão	IPCA + 5,04%	15/02/24	329,9	336,9
6ª Emissão	105,65% do CDI a.a.	13/12/20	354,2	350,4
7ª Emissão	IPCA + 4,70%	15/04/25	669,9	651,0
8ª Emissão	IPCA + 3,50%	15/12/29	398,1	389,6
<b>Outros - CTEEP</b>				
Lei 4.131 - MUFG	VC + 3,34% a.a. + IR	20/07/20	395,6	306,1
Lei 4.131 - Citibank	VC + <i>Libor 3M</i> + 0,47% a.a. + IR	24/08/20	391,1	302,4
Lei 4.131 - Citibank	VC + <i>Libor 3M</i> + 0,25% a.a. + IR	08/11/19	-	-
Finame PSI	6,0% a.a.	18/11/19	-	-
Eletrobras	8,0% a.a.	15/11/21	-	-
Arrendamento Mercantil	0,6% a.m.	30/11/20	-	-
<b>Total Dívida Bruta CTEEP</b>			<b>3.158,7</b>	<b>2.959,0</b>
Fontes	Encargos	Vencimentos	31/03/2020	31/12/2019
PINHEIROS	TJLP + 2,06% a.a.	15/02/28	4,3	4,5
	3,5% a.a.	15/04/23	5,6	6,0
	TJLP + 2,62% a.a.	15/05/26	22,4	23,3
	5,5% a.a.	15/01/21	8,4	10,9
SERRA DO JAPI	TJLP + 1,95% a.a.	15/05/26	23,8	24,7
	TJLP + 1,55% a.a.	15/05/26	20,5	21,4
IEMG	TJLP + 2,39% a.a.	15/04/23	16,3	17,6
	5,5% a.a.	15/01/21	0,9	1,2
IE SUL	TJLP + 2,58% a.a.	15/05/25	3,9	4,1
	3,0% a.a.	15/04/23	3,7	4,0
	TJLP + 2,58% a.a.	15/02/28	6,6	6,8
IENNE	10,0% a.a.	19/05/30	157,3	160,3
<b>Total Dívida Bruta Subsidiária</b>			<b>273,8</b>	<b>284,9</b>
<b>Total Dívida Bruta Consolidado</b>			<b>3.432,5</b>	<b>3.243,8</b>



BNDES (apuração anual)		Debêntures de Infraestrutura (4ª, 5ª e 6ª emissão) (apuração trimestral)		Crédito Internacional - Lei 4.131 (apuração trimestral)	
Dívida Líquida 31/03/2020	3,305	Dívida Líquida 31/03/2020	2,220	Dívida Líquida 31/03/2020	2,220
EBITDA últimos 12 meses	2,471	EBITDA últimos 12 meses	2,223	EBITDA últimos 12 meses	2,223
Dívida Líquida/EBITDA 31/03/2020	1.34	Dívida Líquida/EBITDA 31/03/2020	1.00	Dívida Líquida/EBITDA 31/03/2020	1.00
Patrimônio Líquido 31/03/2020	12,468	Resultado Financeiro 31/03/2020	180	Despesa com juros líquida 31/03/2020	180
Dívida Líquida/Divida Líquida + PL 31/03/2020	0.21	EBITDA /Resultado Financeiro 31/03/2020	12.37	EBITDA / Despesa com juros líquida 31/03/2020	12.37

Os principais indicadores financeiros (**covenants**) que a ISA CTEEP está submetida são estabelecidos conforme abaixo:

Os Contratos de financiamento com **BNDES** (válidos até o vencimento do contrato em 2029) devem cumprir os indicadores financeiros máximos de: Dívida Líquida/EBITDA Ajustado BNDES  $\leq 3,0$  e Dívida Líquida/(Dívida Líquida + Patrimônio Líquido)  $\leq 0,6$ , apurados ao final de cada exercício social. Para fins de cálculo e comprovação dos referidos índices, a Companhia deverá consolidar todas as controladas e controladas em conjunto (de forma proporcional à sua participação), desde que detenha participação acionária igual ou superior a 10%.

A **4ª emissão de Debêntures** deve cumprir com periodicidade de apuração trimestral, os indicadores financeiros estabelecidos na escritura que são Dívida Líquida/EBITDA  $< 3,5$  e EBITDA /Resultado Financeiro  $> 1,5$  até a apuração realizada com data-base de 30 de junho de 2017 e, a partir da apuração realizada com a data-base de 30 de setembro de 2017, passa a ser esse o indicador  $> 2,0$ . O EBITDA é calculado de acordo com a metodologia definida no contrato.

A **5ª emissão de Debêntures** exige o cumprimento dos indicadores estabelecidos na escritura, com periodicidade de apuração trimestral, que são Dívida Líquida/EBITDA  $< 3,5$  e EBITDA /Resultado Financeiro  $> 1,5$  até a apuração realizada com data-base de 30 de junho de 2017 e, a partir da apuração realizada com a data-base de 30 de setembro de 2017, o indicador passa a ser  $> 2,0$ . O EBITDA é calculado de acordo com a metodologia definida no contrato.

A **6ª emissão de Debêntures** exige o cumprimento dos indicadores estabelecidos na escritura, com periodicidade de apuração trimestral que são Dívida Líquida/EBITDA  $< 3,5$  e EBITDA/Resultado Financeiro  $> 2,0$ . O EBITDA é calculado de acordo com a metodologia definida no contrato.

Os contratos de **Credit Agreement (4131)** apresentam para o período da operação os seguintes indicadores financeiros máximos, com periodicidade de apuração trimestral: Dívida Líquida/EBITDA  $< 3,5$  e EBITDA /Resultado Financeiro  $> 2,0$ . O EBITDA é calculado de acordo com a metodologia definida no contrato.

## Anexo VI - Composição do Endividamento das Coligadas (R\$ mil)

Empresa	Fontes	Encargos	Término da Garantia	Saldo garantido pela ISA CTEEP	Saldo total devedor 31/03/2020	
<b>IE MADEIRA 51% ISA CTEEP</b>	ITAÚ	IPCA + 5,5% a.a.	18/03/2025	207,5	406,9	
	BNDES	TJLP + 2,42% a.a.	15/02/2030	509,7	999,3	
	BNDES	TJLP	15/02/2030	2,0	3,9	
	BNDES	2,5% a.a.	15/10/2022	43,4	85,2	
	BASA	8,5% a.a.	10/10/2032	140,1	274,7	
Dívida Bruta				902,7	1.770,0	
Disponibilidades				146,3	286,8	
Dívida Líquida				756,4	1.483,2	
<b>IE GARANHUNS 51% ISA CTEEP</b>	BNDES	TJLP + 2,05% a.a.	15/12/2028	77,5	152,0	
	BNDES	3,50% a.a.	15/08/2023	29,7	58,3	
	BNDES	TJLP	15/12/2028	0,6	1,1	
Dívida Bruta				107,8	211,4	
Disponibilidades				13,1	25,7	
Dívida Líquida				94,7	185,7	
<b>IE IVAÍ 50% ISA CTEEP</b>	ITAÚ	IPCA + 5,0% a.a.	15/12/2043	801,5	1.603,0	
	Dívida Bruta				801,5	1.603,0
	Disponibilidades				775,9	1.551,8
	Dívida Líquida				25,6	51,1
<b>TOTAL Dívida Bruta</b>				<b>1.812,0</b>	<b>3.584,3</b>	
<b>TOTAL Dívida Líquida</b>				<b>876,7</b>	<b>1.719,9</b>	



## Anexo VII – Balanço Patrimonial – IFRS

Ativo (R\$ mil)	Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019
<b>CIRCULANTE</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	757.278	595.971
Aplicações Financeiras	511.984	2.068.611
Ativo de concessão	2.082.903	2.061.882
Estoques	63.747	103.818
Tributos e contribuições a compensar	43.483	32.335
Instrumentos financeiros derivativos	228.664	
19.202		
Créditos com partes relacionadas	917	703
Despesas pagas antecipadamente	33.212	4.677
Caixa restrito	1.887	1.876
Outros	46.416	44.373
	<b>3.770.491</b>	<b>4.933.448</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		
Realizável a longo prazo		
Caixa restrito	46.649	46.515
Ativo de concessão	12.668.940	12.599.151
Valores a receber - Secretaria da Fazenda	1.620.971	1.576.332
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	1.144
Cauções e depósitos vinculados	51.597	52.886
Estoques	23.089	13.006
Benefício à empregado - Superávit atuarial	43.024	43.024
Instrumentos financeiros derivativos	3.068	0
Outros	25.926	24.011
	<b>14.483.264</b>	<b>14.356.069</b>
Investimentos	2.360.020	2.198.004
Imobilizado	93.465	86.377
Intangível	24.227	25.196
	<b>2.477.712</b>	<b>2.309.577</b>
	<b>16.960.976</b>	<b>16.665.646</b>
<b>Total do Ativo</b>	<b>20.731.467</b>	<b>21.599.094</b>



Passivo e Patrimônio Líquido (R\$ mil)	Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019
<b>CIRCULANTE</b>		
Empréstimos e financiamentos	886.355	709.928
Debêntures	371.913	367.508
Arrendamento	9.456	9.948
Fornecedores	167.858	167.774
Tributos e encargos sociais a recolher	127.657	92.106
Encargos Regulatórios a recolher	48.970	48.336
JCP e dividendos a pagar	9.731	102.079
Obrigações trabalhistas	26.512	33.341
Valores a Pagar - Funcesp	2.176	2.173
Obrigações especiais - Reversão/Amortização	2.480	2.480
Outros	55.374	80.152
	<b>1.708.482</b>	<b>1.615.825</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		
<b>Exigível a longo prazo</b>		
Empréstimos e Financiamentos	620.011	637.448
Debêntures	1.554.166	1.528.971
Arrendamento	47.616	39.948
Instrumentos financeiros derivativos	0	135
PIS e COFINS Diferidos	1.179.839	1.185.323
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.742.928	2.673.970
Encargos Regulatórios a recolher	34.179	41.236
Provisões	59.509	62.367
Reserva Global de Reversão - RGR	15.992	16.612
Outros	46.714	35.652
	<b>6.300.954</b>	<b>6.221.662</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		
Capital Social	3.590.020	3.590.020
Reservas de Capital	666	666
Reservas de Lucro	8.172.442	8.172.442
Outros Resultados Abrangentes	63.630	31.191
Lucro/Prejuízo Acumulados	392.831	0
	<b>12.219.589</b>	<b>11.794.319</b>
Participação de não controladores nos fundos de investimentos	502.442	1.967.288
	<b>12.722.031</b>	<b>13.761.607</b>
<b>Total do Passivo e do Patrimônio Líquido</b>	<b>20.731.467</b>	<b>21.599.094</b>

## Anexo VIII – Demonstração de Resultados – IFRS

Demonstração de Resultado (R\$ mil)	Consolidado		
	1T20	1T19	Var (%)
<b>Receita Operacional Bruta</b>	<b>917.154</b>	<b>846.080</b>	<b>8,4%</b>
Receita de Infraestrutura	146.642	72.374	102,6%
Receita bruta de Operação e Manutenção	297.169	282.515	5,2%
Remuneração dos ativos de concessão	465.643	484.169	(3,8%)
Outras Receitas	7.700	7.022	9,7%
<b>Deduções à Receita Operacional</b>	<b>(111.651)</b>	<b>(113.784)</b>	<b>(1,9%)</b>
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>805.503</b>	<b>732.296</b>	<b>10,0%</b>
<b>Custos e Despesas Operacionais</b>	<b>(268.335)</b>	<b>(202.375)</b>	<b>32,6%</b>
Pessoal	(77.351)	(86.137)	(10,2%)
Material	(103.860)	(47.151)	120,3%
Serviços	(63.413)	(48.025)	32,0%
Depreciação	(4.468)	(5.242)	(14,8%)
Outros	(19.243)	(15.820)	21,6%
<b>Resultado do Serviço</b>	<b>537.168</b>	<b>529.921</b>	<b>1,4%</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(49.311)</b>	<b>(54.876)</b>	<b>(10,1%)</b>
Rendimento de Aplicações Financeiras	21.983	14.183	55,0%
Resultado da Variação Monetária Líquida	(26.159)	(15.154)	72,6%
Juros Ativo/Passivos	(418)	(205)	103,9%
Juros/Encargos sobre empréstimos	(37.261)	(36.827)	1,2%
Outras	(7.456)	(16.873)	(55,8%)
<b>Resultado Operacional</b>	<b>487.857</b>	<b>475.045</b>	<b>2,7%</b>
Equivalência Patrimonial	62.516	34.028	83,7%
Outras Receitas/Despesas Operacionais	4.662	191	2340,8%
<b>Resultado Anterior aos Tributos</b>	<b>555.035</b>	<b>509.264</b>	<b>9,0%</b>
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro</b>	<b>(147.084)</b>	<b>(151.873)</b>	<b>(3,2%)</b>
Corrente	(77.594)	(114.844)	(32,4%)
Diferido	(69.490)	(37.029)	87,7%
<b>EBITDA ICVM nº 527/12</b>	<b>609.446</b>	<b>570.014</b>	<b>6,9%</b>
<b>Lucro/Prejuízo Consolidado</b>	<b>407.951</b>	<b>357.391</b>	<b>14,1%</b>
Participação do Acionista não Controlador	(15.497)	(3.879)	299,5%
<b>Lucro/Prejuízo</b>	<b>392.454</b>	<b>353.512</b>	<b>11,0%</b>





## Anexo IX – Fluxo de Caixa - IFRS (R\$ mil)

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>	<b>480.063</b>	<b>1.940.756</b>
Lucro Líquido do período	407.951	1.779.451
PIS e COFINS diferidos	(5.484)	8.757
Depreciação e amortização	4.468	19.963
Imposto de renda e contribuição social diferidos	69.490	99.666
Demandas judiciais	(2.905)	(13.940)
Custo residual de ativo imobilizado/intangível baixado	0	2.402
Benefício fiscal – ágio incorporado	10	36
Realização de ativo da concessão na aquisição de controlada	623	2.490
Realização da perda em controlada em conjunto	(470)	(1.966)
Resultado de aquisição de controle	0	0
Resultado de equivalência patrimonial	(62.516)	(179.789)
Juros e variações monetárias e cambiais sobre ativos e passivos	68.896	223.686
<b>(Aumento) diminuição de ativos</b>	<b>(147.332)</b>	<b>(733.440)</b>
Caixa restrito	(145)	(4.336)
Ativo de concessão	(90.340)	(525.212)
Estoques	29.987	(64.099)
Valores a receber - Secretaria da Fazenda	(44.639)	(150.249)
Tributos e contribuições a compensar	(11.148)	(2.814)
Despesas pagas antecipadamente	(28.535)	3.707
Cauções e depósitos vinculados	1.670	16.328
Crédito com controladas	(215)	(124)
Outros	(3.967)	(6.641)
<b>Aumento (diminuição) de passivos</b>	<b>4.643</b>	<b>143.381</b>
Fornecedores	84	79.161
Tributos e encargos sociais a recolher	35.555	37.762
Obrigações trabalhistas	(6.829)	(3.706)
Impostos parcelados	0	0
Encargos regulatórios a recolher	(6.965)	10.675
Provisões	(1.668)	(22.033)
Valores a pagar Funcesp	3	(2.077)
Reserva Global de Reversão	(620)	(2.481)
Outros	(14.917)	46.080
<b>Caixa líquido gerado nas atividades operacionais</b>	<b>337.374</b>	<b>1.350.697</b>
<b>Caixa gerado (utilizado) nas atividades de investimentos</b>	<b>(9.329)</b>	<b>157.179</b>
Aplicações financeiras	91.781	348.708
Imobilizado	(1.287)	(18.534)
Intangível	(323)	(2.871)
Investimentos	(99.500)	(185.000)
Caixa adquirido em combinação de negócios	0	0
Dividendos recebidos	0	14.876
<b>Caixa utilizado nas atividades de financiamentos</b>	<b>(166.738)</b>	<b>(928.645)</b>
Adições de empréstimos	4.138	509.325
Pagamentos de empréstimos (principal)	(22.728)	(336.849)
Pagamentos de empréstimos (juros)	(36.202)	(169.721)
Adições Arrendamento Mercantil	0	0
Pagamentos Arrendamento Mercantil (principal)	(3.224)	(12.208)
Pagamentos Arrendamento Mercantil (juros)	0	43
Transações com acionistas não controladores	(15.497)	(16.820)
Instrumentos financeiros derivativos	(1.254)	(1.701)
Dividendos e juros sobre capital próprios pagos	(91.971)	(900.714)
<b>Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>161.307</b>	<b>579.231</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	595.971	16.740
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	757.278	595.971
<b>Variação em caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>161.307</b>	<b>579.231</b>



## Anexo X – Reajuste Anual da RAP

Em 25 de junho de 2019, foi publicada a Resolução Homologatória (REH) nº 2.565 estabelecendo as novas RAPs da ISA CTEEP e suas Subsidiárias pela disponibilização das instalações de transmissão integrantes da Rede Básica e das Demais Instalações de Transmissão, para o Ciclo de 12 meses, compreendendo o período de 01 de julho de 2019 a 30 de junho de 2020 (ciclo 2019/2020).

De acordo com a REH nº 2.565, a RAP e os valores correspondentes à parcela de ajuste (PA) da controladora, líquida de PIS e COFINS, passou a ser de R\$ 2.579 milhões no ciclo 2019/2020, aumento de 7% em relação ao ciclo anterior (ciclo 2018/2019). A composição da RAP para esse ciclo pode ser explicada pela:

- i. correção monetária<sup>2</sup> do ciclo 2019/2020 (IPCA), no total de R\$ 114 milhões, que inclui a correção de R\$ 68 milhões referente à parcela de recebimento da RBSE;
- ii. entrada em operação de novos projetos de reforços e melhorias durante o Ciclo 2018/2019, que adicionou R\$ 63 milhões à RAP;
- iii. ajuste de R\$ 3 milhões na RBSE decorrente da correção no cálculo da linearização do componente econômico;
- iv. parcela de ajuste negativa de R\$ 55 milhões (vs. R\$ 31 milhões no ciclo 2018/2019) explicada, principalmente: pela devolução de antecipação da RAP de (-) R\$ 73 milhões, compensada parcialmente, pelo recebimento de melhorias de pequeno porte no montante de (+) R\$ 21 milhões.

A RAP e os valores correspondentes às subsidiárias 100% em operação, líquida de PIS e COFINS, totalizou R\$ 221 milhões no ciclo 2019/2020. A variação apresentada é explicada pela:

- i. correção monetária<sup>1</sup> do ciclo 2019/2020 (+R\$ 11 milhões);
- ii. entrada em operação de IE Itapura (Bauru) no 3T19, compensadas parcialmente
- iii. pela revisão tarifária das subsidiárias IE Pinheiros e IESUL (-5%); e
- iv. pela redução pró-rata de 50% da RAP para o contrato 143/2001 da Serra do Japi, a partir de novembro de 2019, conforme contrato de concessão.

A RAP e os valores correspondentes à PA das coligadas IE Madeira e IE Garanhuns, líquida de PIS e COFINS, que era de R\$ 584 milhões no ciclo 2018/2019 passou para R\$ 601 milhões no ciclo 2019/2020. Esse aumento de R\$ 17 milhões é explicado pela menor PA negativa no ciclo 2019/2020 (-R\$ 23 milhões vs. -R\$ 66 milhões no ciclo 2018/2019), correção monetária<sup>1</sup> do período, compensado parcialmente, pela revisão tarifária na subsidiária IE Madeira que reduziu as RAP's de seus dois contratos em -5%.

A Companhia apresentou recurso administrativo para que sejam mantidos os parâmetros praticados desde o momento da contratação, utilizando o WACC pós tributos como taxa para cálculo do custo de capital e que o WACC seja aplicado em um fluxo de caixa aderente ao percentual fixo de endividamento durante o período da concessão, conforme previsão contratual.

A ANEEL publicou despacho que declara sem efeito os valores da RAP homologada para a IE Madeira (REH 2556/19) para o ciclo 2019/2020, enquanto perdurar a decisão liminar e até a conclusão do processo administrativo. Desde agosto/19, está sendo aplicada a RAP definida para a IE Madeira para o ciclo 2018/2019 (R\$ 497 milhões, com PA), ou seja, sem correção monetária pelo IPCA.

Abaixo demonstramos um quadro resumo com as novas RAP's para o ciclo 2019/2020 com os encargos regulatórios, líquidas de PIS e COFINS.

<sup>1</sup> O IPCA e IGPM acumulados para o período de junho de 2018 a maio de 2019 foram de 4,65% e 7,64%, respectivamente.

Concessionária R\$ milhões	Contrato	Índice	RAP	Inflação	Reforços Melhorias	RBSE	RAP	PA	RAP	RAP
			Ciclo 18/19 REH 2.408				Ciclo 19/20 REH 2.565		Ciclo 19/20	Ciclo 18/19 <sup>1</sup>
<b>Controladora</b>			<b>2.453</b>	<b>114</b>	<b>63</b>	<b>3</b>	<b>2.634</b>	<b>(55)</b>	<b>2.579</b>	<b>2.421</b>
ISA CTEEP	059/2001	IPCA	991	46	63	0	1.101	(55)	1.046	960
ISA CTEEP - RBSE			1.461	68	0	3	1.533		1.533	1.461

Concessionária R\$ milhões	Contrato	Índice	RAP	Inflação	Outros <sup>1</sup>	RTP	RAP	PA	RAP	RAP
			Ciclo 18/19 REH 2.408				Ciclo 19/20 REH 2.565		Ciclo 19/20	Ciclo 18/19 <sup>1</sup>
<b>Controladas (100% ISA CTEEP)</b>			<b>231</b>	<b>12</b>	<b>(8)</b>	<b>(5)</b>	<b>230</b>	<b>(9)</b>	<b>221</b>	<b>212</b>
IEMG	004/2007	IPCA	19	1	0	0	20	(1)	19	18
EVRECY	020/2008	IGP-M	12	1	0	0	13	(2)	10	7
	012/2008		12	1	0	(1)	11	(0)	11	11
IE PINHEIROS	015/2008	IPCA	37	2	0	(2)	37	(1)	35	35
	018/2008		6	0	0	(0)	6	(0)	6	6
	021/2011		6	0	0	0	6	(1)	5	2
IE JAPI	026/2009	IPCA	41	2	0	0	43	(1)	42	37
	143/2001	IGP-M	23	2	(8)	0	17	(1)	16	22
IENNE	001/2008	IPCA	46	2	0	0	48	(2)	46	44
IE SUL	013/2008	IPCA	6	0	0	(1)	6	(0)	6	6
	016/2008		13	1	0	(1)	13	(1)	12	12
IE ITAPURA	042/2017	IPCA	11	1	0	0	12	0	12	11

**Total Consolidado ISA CTEEP em Operação** 2.684 126 56 (1) 2.864 (64) 2.800 2.633

<sup>1</sup>Redução pró-rata de 50% da RAP para o contrato 143/2001 (a partir de nov/19), como previsto contratualmente

Concessionária R\$ milhões	Contrato	Índice	RAP	Inflação	Reforços Melhorias	RTP	RAP	PA	RAP	RAP
			Ciclo 18/19 REH 2.408				Ciclo 19/20 REH 2.565		Ciclo 19/20	Ciclo 18/19 <sup>1</sup>
<b>Coligadas em Operação</b>			<b>650</b>	<b>30</b>	<b>0</b>	<b>(56)</b>	<b>624</b>	<b>(23)</b>	<b>601</b>	<b>584</b>
IE MADEIRA (51% ISA CTEEP)	013/2009	IPCA	300	14	0	(30)	285	(12)	273	304
	015/2009		260	12	0	(26)	245	(8)	238	193
IE GARANHUNS (51% ISA CTEEP)	022/2011	IPCA	90	4	0	0	94	(3)	91	87

#### SUBSIDIÁRIAS EM CONSTRUÇÃO

Concessionária R\$ milhões	Contrato	Índice	RAP	Inflação	Reforços Melhorias	RTP	RAP	PA	RAP	RAP
			Ciclo 18/19 REH 2.408				Ciclo 19/20 REH 2.565		Ciclo 19/20	Ciclo 18/19 <sup>1</sup>
<b>Controladas</b>			<b>222</b>	<b>10</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>233</b>	<b>0</b>	<b>233</b>	<b>222</b>
IE ITAÚNAS	018/2017	IPCA	50	2	0	0	52	0	52	50
IE TIBAGI	026/2017	IPCA	19	1	0	0	20	0	20	19
IE ITAQUERÊ	027/2017	IPCA	49	2	0	0	51	0	51	49
IE AGUAPEÍ	046/2017	IPCA	56	3	0	0	59	0	59	56
IE ITAPURA	021/2018	IPCA	10	0	0	0	11	0	11	10
IE BIGUAÇU	012/2018	IPCA	38	2	0	0	40	0	40	38
<b>Coligadas</b>			<b>468</b>	<b>22</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>491</b>	<b>0</b>	<b>491</b>	<b>468</b>
IE PARAGUAÇU (50% ISA CTEEP)	003/2017	IPCA	113	5	0	0	118	0	118	113
IE AIMORÉS (50% ISA CTEEP)	004/2017	IPCA	76	4	0	0	79	0	79	76
IE IVAÍ (50% ISA CTEEP)	022/2017	IPCA	279	13	0	0	294	0	294	279

<sup>1</sup> RAP ciclo 2018/2019 com PA

Os impactos contábeis e de caixa do reajuste anual da RAP foram percebidos no 3T19 com o início do faturamento com as novas receitas a partir de julho e a contabilização integral da parcela de ajuste no 3T19.